



Fecomércio - 02/09/2020

Blog do FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

VAI TER LIQUIDA NATAL: Maior campanha promocional da cidade movimentará comércio após meses de retração econômica

8

Noticias - 01/09/2020

Hilneth Correia | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN /

SESC RN LANÇA PROJETO DE INCENTIVO AO COMÉRCIO LOCAL PARA ASSOCIADOS

9

Noticias - 01/09/2020

Blog do Carlos Costa | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN, FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL /

Sistema Fecomércio RN beneficia mais 3,5 mil pessoas com a doação de cestas básicas e cartões de alimentação

10

Noticias - 01/09/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo prevê que país terá 13 anos de déficit fiscal

11

Noticias - 01/09/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Novo marco do gás vai à votação

13

Política - 01/09/2020

Blog do PC | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Salário mínimo será de R\$ 1.067 em 2021, menor que o previsto

15

Noticias - 01/09/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo e bancada tratam da implicação da venda de ativos

16

Política - 01/09/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

PIB tem queda histórica de 9,7% no 2º trimestre e confirma recessão

18

Noticias - 01/09/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

MP abre crédito extraordinário de R\$ 12 bilhões para as micro e pequenas empresas

20

Noticias - 01/09/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Bolsonaro proíbe autoridade não autorizada de divulgar dado sensível de estatal

21

Noticias - 01/09/2020

Roberto Flávio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Aumentando para baixo: Governo Bolsonaro reduz proposta de salário mínimo de R\$ 1.079 para R\$ 1.067

22

Noticias - 01/09/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

'Isso é impacto do raio que caiu em abril', diz Guedes sobre tombo do PIB

23

Noticias - 01/09/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Gigantes do petróleo enfrentam o desafio da adaptação à economia verde

25

Noticias - 01/09/2020

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Salário mínimo para 2021 ficará em R\$ 1.067

27

Noticias - 01/09/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

COMISSÃO DO CORONAVÍRUS DEBATE SOLUÇÕES PARA RECUPERAÇÃO DO SETOR TURÍSTICO

28

Noticias - 01/09/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Guedes diz que declaração sobre derrubada de veto foi lamento, não ofensa

30

Noticias - 01/09/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Queda do PIB brasileiro foi menor do que em outros países, diz governo

31

Noticias - 01/09/2020

Blog Jair Sampaio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

PIB do Brasil recua 9,7% no segundo trimestre, o que confirma recessão no país

32

Noticias - 01/09/2020

Canindé Soares | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Comissão do coronavírus debate soluções para recuperação do setor turístico no RN

34

Noticias - 01/09/2020

Hilneth Correia | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

II SEMINÁRIO AUDIOVISUAL & MERCADO SERÁ REALIZADO DE FORMA VIRTUAL

36

Noticias - 01/09/2020

Marcos Dantas | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo encaminha ao Congresso Projeto de Lei Orçamentária de 2021 38

Noticias - 01/09/2020

Blog da Juliska | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Programa impulsiona negócios de empresas sociais e criativas no RN 39

Noticias - 01/09/2020

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Queda do PIB foi menor do que em outros países, diz ministério 42

Noticias - 01/09/2020

Potengi na Internet | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo reduz de R\$ 1.079 para R\$ 1.067 proposta para o salário mínimo em 2021, sem aumento real 43

Noticias - 01/09/2020

Blog da Gláucia Lima | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Publicada MP que destina R\$ 12 bilhões em crédito a pequenas e microempresas 45

Noticias - 01/09/2020

Blog - Thaisa Galvão - RN | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Deputado propõe que governo do RN crie linha de crédito que já foi criada pelo governo federal mas tem demorado a atender microempresas 46

Noticias - 01/09/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Dólar cai para R\$ 5,38 e fecha no menor valor em quase 20 dias 47

Noticias - 01/09/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Câmara aprova texto-base de abertura do mercado de gás 48

Noticias - 01/09/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Balança comercial brasileira tem superávit de US\$ 6,6 bilhões no melhor agosto em 32 anos 50

Noticias - 02/09/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Impacto de um raio que caiu em abril, diz Paulo Guedes sobre queda do PIB 52

Noticias - 02/09/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Um PIB fora da curva Noticias - 02/09/2020	54
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Câmara aprova lei que abre o mercado de gás Noticias - 02/09/2020	56
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / RN surpreendeu-se com chegada de rebento concebido há um ano Noticias - 02/09/2020	58
Blog do BG Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Aprovado na Câmara texto-base do mercado de gás, aposta para destravar investimentos de R\$ 43 bi Noticias - 01/09/2020	60
Tribuna do Norte Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Brasil vive mais uma recessão Noticias - 02/09/2020	62
Blog do BG Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Medida Provisória que autoriza pagamento antecipado em licitações é aprovada na Câmara e segue para o Senado Noticias - 01/09/2020	64
Folha de Macaíba – Um portal a serviço de Macaíba e Grande Natal Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Dia Nacional da Cachaça: uma ótima data para começar a empreender no destilado Noticias - 01/09/2020	66
Blog do BG Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Reforma administrativa de Bolsonaro poupa os servidores já em atividade Noticias - 02/09/2020	68
Versátil News Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio / Fecomércio: CNC participa de debate sobre reforma tributária na comissão mista do Congresso Nacional Noticias - 01/09/2020	70
Hilneth Correia Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio / SEMANA BRASIL TEM APOIO DA FECOMÉRCIO RN	72

VAI TER LIQUIDA NATAL: Maior campanha promocional da cidade movimentará comércio após meses de retração econômica



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Liquida Natal 2020 vai acontecer com sorteio de prêmios e descontos. A 19ª edição da maior promoção da cidade vem com tudo para movimentar o comércio local e aquecer as vendas nesse segundo semestre do ano, com sorteio de prêmios para consumidores e vendedores. Nesta edição a campanha vai movimentar o comércio local em diversas plataformas de vendas e aquecer a economia local.

Serão 10 dias de campanha. Para atender a nova realidade do comércio, a Liquida será híbrida, com vendas em lojas físicas e virtuais. A troca de cupons será completamente virtual pelo site liquidanatal2020.com.br e pelo aplicativo Nota Potiguar, tudo para evitar aglomerações.

As mudanças na mecânica da campanha e na data foram necessárias para atender a nova rotina e perfil do consumidor. 'O comércio vem passando por mudanças e nós precisamos acompanhar, nos adaptar, oferecer o que os nossos consumidores buscam e a Liquida está inserida nesse contexto. Hoje o consumidor compra on-

line e retira na loja, fica menos tempo dentro das lojas físicas, acessa vitrines virtuais, precisávamos oferecer isso na nossa Liquida e assim será', afirmou José Lucena, presidente da CDL Natal.

Esse ano a Liquida Natal sorteará um carro modelo Toyota Etios e 05 televisores 40". Os Vendedores também serão contemplados. Cada consumidor sorteado premiará automaticamente o vendedor com um vale compras no valor de R\$ 1.000 reais.

A cada 40 R\$ em compras o consumidor ganha um cupom para concorrer aos prêmios. Se pagar na maquineta da rede ou Pop Credicard ganha cupom em dobro, e se pagar com Mastercard na maquineta da rede, ganha cupom em triplo.

A Liquida Natal conta com o patrocínio da Rede e Pop Credicard. Apoio do Governo do Estado, Prefeitura de Natal, Fecomércio RN, Sebrae RN, Banco do Nordeste e Mastercard.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

SESC RN LANÇA PROJETO DE INCENTIVO AO COMÉRCIO LOCAL PARA ASSOCIADOS



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Hilneth Correia

O Serviço Social do Comércio do RN (**Sesc RN**), entidade do Sistema Fecomércio, está lançando o projeto 'Seja um Parceiro Sesc' com objetivo de incentivar o consumo no comércio local. A partir de setembro, as empresas parceiras poderão oferecer descontos e atendimento diferenciados aos associados da instituição.

O Seja um Parceiro Sesc consiste na associação da empresa com o Sesc, que conta com unidades em seis cidades, sendo elas: Natal, Mossoró, Caicó, Macaíba, Nova Cruz e São Paulo do Potengi. A expectativa é que os clientes tenham descontos e ofertas especiais por parte dessas empresas, que em contrapartida passariam a contar com um novo leque de cliente, os associados do **Sesc RN**. O projeto oferece ampla publicidade nas atividades da entidade, assim como divulgação nos canais oficiais de comunicação, principalmente, nas redes sociais.

Para ser parceiro Sesc, o empresário deve entrar em contato com os consultores do projeto, por meio do

telefone (84) 3133-0360 ou pelo email
(sescnasempresas@rn.sesc.com.br).

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN

Sistema Fecomércio RN beneficia mais 3,5 mil pessoas com a doação de cestas básicas e cartões de alimentação



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

Dando continuidade às ações em prol da população mais vulnerável, em virtude da pandemia, o **Sistema Fecomércio RN**, por meio do Sesc entrega, nesta quarta, 2; e quinta, 3; no Sesc Cidade Alta, 300 cestas básicas e 582 cartões de alimentação do Carrefour para representantes de instituições sociais cadastradas no **Mesa Brasil Sesc RN**. Como cada cesta básica ou cartão entregue atende, diretamente, uma média de quatro pessoas da família, serão 3.528 beneficiados agora.

Os cartões de alimentação são frutos uma parceria firmada entre o **Sistema Fecomércio RN**, por meio do Sesc, e o Grupo Carrefour Brasil. O Rio Grande do Norte foi um dos 12 estados selecionados no Brasil pela rede de supermercados. Cada cartão alimentação possui um crédito de R\$ 100 e poderá ser utilizado para compra de alimentos nas lojas do Grupo Carrefour ou do Atacadão. Esta é a segunda entrega do benefício. Em julho, já haviam sido entregues outros 263 cartões.

No total, os 845 cartões (R\$ 84.500 em crédito) beneficiam, diretamente, cerca de 3.400 pessoas em vulnerabilidade social que, com ele, ganham o benefício extra de poderem fazer suas próprias compras.

A distribuição será feita para os representantes das entidades cadastradas, que ficarão responsáveis pela entrega às famílias beneficiadas. Em Natal, serão 582 cartões destinados a Associação Beneficente Raimunda Rodrigues (ABRAIRO), Associação Nossa Senhora das Dores, Igreja Tabernáculo Evangélico de Jesus (Casa de Benção), Associação Shalom e Centro Espírita Irmãos do Caminho.

Na quinta-feira, 3, será a vez da entrega de mais 300 cestas básicas, beneficiando 1.200 pessoas de instituições cadastradas no **Mesa Brasil Sesc**. Os alimentos integram o quantitativo de aproximadamente 19 mil cestas que estão sendo distribuídas às instituições cadastradas no programa. Os recursos financeiros para a aquisição das cestas foram repassados pelo Festival Fome de Música, projeto lançado em abril passado, que contempla shows musicais online em que o público realiza doações de alimentos e financeiras. Toda a contribuição em dinheiro é repassada ao programa **Mesa Brasil Sesc**, que fica responsável por adquirir os alimentos e distribuir para entidades sociais.

Contando todas as demais ações do Sesc, neste período de pandemia, precisamente de março a 25 de agosto, 269 mil pessoas já foram beneficiadas com 787 toneladas de itens doados (entre alimentos e itens de higiene e limpeza) em 17 municípios potiguares.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN, FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL

Governo prevê que país terá 13 anos de déficit fiscal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

As contas públicas devem ficar no vermelho até a virada de 2026 para 2027, o que resultará numa sequência de pelo menos 13 anos de rombos sucessivos, segundo previsão do próprio Ministério da **Economia**. Ontem, o governo encaminhou ao Congresso Nacional uma proposta orçamentária prevendo déficits entre 2021 e 2023 que, somados, resultam em um buraco de R\$ 572,9 bilhões.

O governo gasta mais do que arrecada (ou seja, registra déficits) desde 2014, ainda na gestão Dilma Rousseff. Na prática, pelas projeções da equipe econômica, o vencedor das eleições presidenciais de 2022 já tem contratada uma gestão marcada pela permanência no desequilíbrio das contas.

Apesar do quadro fiscal dramático, o Ministério da **Economia** ressaltou que as projeções de déficit vão diminuir ano a ano. 'Tomando por hipótese as projeções de **mercado** sobre **juros** e crescimento da **economia**, e cumprindo com o teto de gastos até 2026, a gente imagina que entre 2026 e 2027 ainda haja déficit. Ou seja, que vire para superávit no final do próximo mandato ou no início do outro, 2026 ou 2027. Por isso

precisamos andar nessa agenda de consolidação fiscal', disse o secretário do Tesouro, Bruno Funchal.

Em 2020, o rombo próximo dos R\$ 800 bilhões é explicado pelos gastos emergenciais de combate à pandemia da covid-19. No ano que vem, o governo prevê déficit de R\$ 233,6 bilhões nas contas do governo central, que reúne Tesouro Nacional, INSS e Banco Central. Em 2022, a projeção é de resultado negativo em R\$ 185,5 bilhões. Já em 2023, o rombo será de R\$ 153,8 bilhões.

A maior incerteza é o comportamento da arrecadação no processo de retomada. Por isso, o secretário especial de Fazenda do Ministério da **Economia**, Waldery Rodrigues, enfatizou que premissas usadas pela equipe econômica no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2021 são transparentes e conservadoras: 'Podemos ter surpresas positivas com receitas de concessões e outorgas em 2021.'

Estatual

Segundo ele, foram incluídas apenas estimativas de arrecadação com concessões já realizadas. Não foi contabilizada a previsão de receitas com a privatização da Eletrobrás. A arrecadação com dividendos (parte dos lucros das estatais que voltam ao Tesouro) também pode melhorar com a expectativa de melhores resultados dos bancos públicos com a recuperação econômica, disse Waldery.

Em outros anos, o governo incluía essas receitas extraordinárias para ajudar no cumprimento da meta fiscal. Para o ano que vem, porém, o governo estipulou uma espécie de meta flutuante: o teto de gastos, mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação, virou uma espécie de super âncora que trava as despesas, enquanto a meta de resultado primário (diferença entre a arrecadação com impostos menos as despesas do governo sem levar em conta o pagamento dos **juros** da dívida) vira consequência da diferença entre os gastos e as receitas obtidas.

O secretário garantiu ainda que o governo não trabalha com a hipótese de prorrogação da calamidade pública para 2021. A calamidade permitiu gastos extraordinários para o enfrentamento da pandemia de covid-19 neste ano para 2021.

As previsões de resultado para o setor público consolidado são todas negativas, com rombos de R\$ 237,3 bilhões em 2021, R\$ 184,4 bilhões em 2022 e R\$ 152,6 bilhões em 2023. As contas do setor público incluem o governo central, estaduais e Estados e municípios.

Além do forte rombo nas contas públicas, o governo mais uma vez precisará da aprovação de um crédito suplementar pelo Congresso para cumprir a regra de ouro. O orçamento de 2021 prevê uma insuficiência de R\$ 453,715 bilhões para o cumprimento da norma, que impede a emissão de dívida para o pagamento de despesas corrente.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Novo marco do gás vai à votação



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: ANNE WARTH

BRASÍLIA (AE) - Aposta do governo para destravar investimentos de até R\$ 43 bilhões e reindustrializar o País, o novo marco do gás deve ir à votação hoje na Câmara dos Deputados. Alinhado ao novo **mercado** de gás, programa do governo mais conhecido como "choque da energia barata", a proposta abre um setor que até pouco tempo era dominado pela Petrobras.

Com a decisão da estatal de deixar o negócio de distribuição - onde é sócia de 19 de um total de 26 distribuidoras - e vender sua malha de gasodutos e estruturas essenciais, o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, avalia que a chegada de novos concorrentes no setor pode fazer com que o preço do gás caia até 40%.

O texto em avaliação na Câmara traz adaptações para essa nova fase (mais informações nesta página). Ele muda o regime de exploração de gasodutos para o de autorizações, mais simples que as atuais concessões, e impede que uma empresa atue em várias etapas da produção e impede a relação societária entre

transportadores (atividade exercida por monopólio) e produtores e comercializadores (em regime competitivo).

Além disso, a proposta assegura o livre acesso de outras empresas a infraestruturas essenciais - como gasodutos, unidades de processamento e terminais de liquefação e regaseificação de GNL. Por fim, prevê regime de contratação de capacidade de gás por pontos de entrada e saída na malha de gasodutos de transporte, o promete agilizar e desburocratizar a prestação do serviço de transporte.

O relator do projeto, deputado Laércio Oliveira (PP-SE), vai manter o texto aprovado no ano passado pela Comissão de Minas e Energia da Casa e espera amplo apoio dos parlamentares. Na aprovação do regime de urgência para tramitação da proposta, foram 323 votos favoráveis. Aprovado em plenário na Câmara, o texto seguirá para o Senado. "O texto já foi amplamente discutido e é conhecido por todos. Não existe ambiente para novos adiamentos", afirmou. "Todo o setor produtivo nacional está alinhado com o texto, à exceção das distribuidoras."

Na outra ponta, o deputado Elmar Nascimento (DEM-BA) vai defender três mudanças na proposta: a autorização para construção de termoeletricas longe da costa, a permissão para uma mesma empresa atuar em várias etapas da produção e o veto à transformação de gasodutos de distribuição (de uso exclusivo da distribuidora) em gasodutos de transporte (de uso compartilhado)

Para o deputado, o texto vai viabilizar a queda de preço do gás, mas por meio de importações, e não da exploração do pré-sal. Por isso, avalia que é preciso uma política pública para construção de gasodutos. "O governo constrói rodovias e depois licita para a iniciativa privada. Por que não faz o mesmo com gasodutos?", questionou. Ele diz que a mudança de status de alguns gasodutos pode elevar a insegurança jurídica e afirma que os riscos de uma mesma empresa dominar várias

etapas de produção podem ser controlados pelas agências reguladoras.

'Novo **mercado**' Associações de produtores, transportadores e consumidores defendem a proposta de Oliveira, entre elas a Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia (Abrace), presidida por Paulo Pedrosa. "É curioso ver gente do Rio sem entusiasmo pela proposta, que é extraordinária para o Estado. E outras de Estados com vocação por renováveis defenderem térmicas distantes que vão encarecer a energia de seus Estados e tomar o espaço da expansão renovável", disse Pedrosa. "Essa é a hora da escolha. Vamos aprovar o texto original de convergência do **mercado** ou vamos trocar o monopólio estatal por monopólios privados regionais?"

Já o presidente executivo da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), Augusto Salomon, reitera que o projeto precisa estimular investimentos para a construção de infraestrutura para acelerar a produção de gás natural. Para ele, isso só será assegurado com demanda firme - no caso, termoelétricas a gás natural inflexíveis, ou seja, de uso contínuo. "Com essas âncoras de consumo, incorporadas no projeto de lei, os investidores terão muito mais segurança jurídica para fazer os aportes", disse ele.

Proposta assegura o livre acesso de empresas a infraestruturas essenciais, como gasodutos e unidades de processamento

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Salário mínimo será de R\$ 1.067 em 2021, menor que o previsto



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

A queda da inflação fez o governo reduzir o reajuste do **salário** mínimo para o próximo ano. Segundo o projeto do Orçamento de 2021, enviado na segunda-feira (31/08) ao Congresso, o mínimo subirá para R\$ 1.067 em 2021.

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021, enviado em abril, fixava o **salário** mínimo em R\$ 1.075 para o próximo ano. O valor, no entanto, pode ser revisto na proposta de Orçamento da União dependendo da evolução dos parâmetros econômicos.

Segundo o Ministério da **Economia**, a queda da inflação decorrente da retração da atividade econômica impactou o reajuste do mínimo. Em abril, a pasta estimava que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) encerraria 2020 em 3,19%. No projeto do Orçamento, a estimativa foi revisada para 2,09%.

A regra de reajuste do **salário** mínimo que estabelecia a correção do INPC do ano anterior mais a variação do

Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos) de dois anos antes perdeu a validade em 2019. O **salário** mínimo agora é corrigido apenas pelo INPC, considerando o princípio da Constituição de preservação do poder de compra do mínimo.

PIB

O projeto do Orçamento também reduziu as estimativas de crescimento econômico para o próximo ano na comparação com os parâmetros da LDO. A projeção de crescimento do PIB passou de 3,3% para 3,2% em 2021. A previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado como índice oficial de inflação, caiu de 3,65% para 3,24%.

Outros parâmetros foram revisados. Por causa da queda da Selic (**juros** básicos da **economia**), a proposta do Orçamento prevê que a taxa encerrará 2021 em 2,13% ao ano, contra projeção de 4,33% ao ano que constava na LDO. O dólar médio chegará a R\$ 5,11 em 2021, contra estimativa de R\$ 4,29 da LDO.

Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo e bancada tratam da implicação da venda de ativos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A discussão sobre a transição do modelo de exploração de petróleo e gás no Rio Grande do Norte com a saída da Petrobras deve ter início ainda na primeira semana de setembro. Ontem, a governadora Fátima Bezerra se reuniu com a bancada federal e do senado no Centro de Convenções de Natal, a fim de debater o impacto da saída da empresa e as possíveis ações conjuntas a serem tomadas para preservar os quase 5 mil empregos diretos e indiretos gerados pela Petrobras no RN.

Um grupo de trabalho com representações do Governo e da Petrobras foi criado para que tópicos como o passivo ambiental devido pela empresa, a continuidade das operações até a venda dos campos e um calendário para o início da exploração do petróleo em águas profundas sejam discutidos e acertados antes que ela deixe de operar definitivamente na exploração do petróleo em terra no RN.

A reunião entre Governo e parlamentares durou a maior parte da manhã. O secretário de Planejamento e Finanças do estado, Aldemir Freire, fez uma explanação aos presentes do impacto da Petrobras para a **economia** do RN, e de qual seria da saída para o

estado. De acordo com os dados apresentados, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a indústria do petróleo e gás gerou, para o Rio Grande do Norte em 2018, 52% do total das atividades industriais no Estado. Em termos de salários, o setor é responsável por 67% daqueles que são pagos na área da indústria. “É possível que nenhum estado brasileiro, nem mesmo o Rio de Janeiro, tenha em uma única empresa um peso tão grande para a sua **economia** local como o RN tem da Petrobras”, disse o secretário durante a apresentação.

Dentre os riscos apontados pelo secretário com a saída da empresa, estão a queda na arrecadação de royalties (as pequenas empresas que substituiriam a Petrobras pagam até 5% de royalties sobre preço, enquanto atualmente o valor pago na Bacia Potiguar pode chegar até 10%); maior vulnerabilidade do ecossistema às oscilações do preço internacional do barril de petróleo, o que ameaça a sobrevivência de empresas menores que não possuem a estrutura da Petrobras para enfrentar as variações do **mercado** internacional e a inviabilização do funcionamento de órgãos institucionais de papel relevante, como o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (Idema), onde 83% das receitas são oriundas do setor.

“A desoneração das taxas ambientais vai provocar um encarecimento do licenciamento de outras atividades econômicas, ou a própria inviabilização do nosso sistema de licenciamento e de todas as atividades de fiscalização e monitoramento ambiental do Estado”, afirma Aldemir Freire.

Para os representantes do Governo do Estado, o que está em discussão não é a entrada de empresas privadas para exploração de campos maduros no RN, algo que já é uma realidade, mas sim a saída total da estatal do território local. “Não somos e nunca seremos contra a participação de empresas de capital privado na exploração de petróleo no RN. Para nós, o modelo ideal é o modelo misto, inclusive porque a presença da Petrobras ajuda a atrair essas outras empresas”, disse a

governadora Fátima Bezerra.

De acordo com a governadora, a decisão de deixar o território potiguar é, em última instância, do Governo Federal, acionista majoritário da empresa. O cenário que permeia a saída da Petrobras do Rio Grande do Norte ainda é repleto de incertezas. Apesar da estatal afirmar ao Governo que pretende fazer a exploração de petróleo em águas profundas no Estado, no campo de Pitu, o projeto ainda está na fase de estudos sem possuir um calendário. O Governo pretende descobrir, no grupo de trabalho, essas e outras questões, como por exemplo a maneira com a qual a empresa pretende lidar com as pendências jurídicas, físicas, os passivos ambientais pendentes e as atividades paralelas que eram desenvolvidas pela empresa no Estado, como as pesquisas financiadas na UFRN), patrocínios culturais e esportivos e projetos de preservação ambiental.

Presentes na reunião, os membros da bancada federal apresentaram uma posição coesa sobre a saída da empresa do RN. De forma unânime, eles afirmam que o principal no momento é garantir que os empregos diretos e indiretos não sejam perdidos imediatamente, e que o plano de transição de saída da empresa esteja claro para que o RN não seja prejudicado pela decisão.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

PIB tem queda histórica de 9,7% no 2º trimestre e confirma recessão



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

As expectativas em relação ao desempenho da **economia** brasileira em 2020 até melhoraram, após a divulgação de dados mais recentes, de junho e julho, mas a pandemia de covid-19 levou a um tombo histórico no Produto Interno Bruto (PIB, o valor de tudo o que é produzido na **economia**) do segundo trimestre, assim como ocorreu em praticamente todos os países, confirmou nesta terça-feira, (1º), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A retração de 9,7% em relação aos três primeiros meses do ano é a maior da atual série histórica do IBGE, iniciada em 1996, mas, segundo cálculos de pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV), não há registro de um trimestre com desempenho pior desde 1980.

Foi também o segundo trimestre de retração - a queda do primeiro trimestre em relação ao quarto trimestre de 2020 foi revisada para 2,5%, ante o 1,5% inicialmente informado -, primeira vez que isso ocorre desde 2016. As duas retrações seguidas caracterizam uma 'recessão técnica', classificação comumente usada no **mercado** financeiro, embora o comitê independente da FGV

dedicado a analisar os ciclos econômicos já tivesse marcado o início da recessão no primeiro trimestre.

A queda do PIB no segundo trimestre foi tão pior do que em outras crises porque 'nunca antes se propôs uma política que fosse desligar a **economia**', diz Eduardo Zilbermann, professor do Departamento de **Economia** da PUC-Rio, numa referência às regras de restrição ao contato entre as pessoas, como forma de estancar o avanço da covid-19. Em outras crises econômicas - causadas por inflação, desequilíbrios nas contas externas ou bolhas financeiras, etc. -, as empresas entram em dificuldade, suspendem investimentos e demitem funcionários, ou a renda das famílias é corroída, e elas consomem menos.

Assim, nas outras crises, as lojas vendem menos do que o normal, amargam receitas menores, mas seguem vendendo. Indústrias veem a demanda caindo, o estoque começa a encalhar nas fábricas e reduzem a produção, mas seguem produzindo. Só que o 'desligamento' provocado pela pandemia fechou lojas, que não podiam receber clientes, e fábricas, que não podiam aglomerar trabalhadores. Vendas e produção foram para perto de zero.

Como explica Zilbermann, o PIB é uma medida de fluxo, de quanto se produz continuamente ao longo do tempo. Assim, mesmo que a parada para valer tenha ocorrido em abril, o fundo do poço da **economia**, a reabertura gradual a partir de maio e junho foi insuficiente para salvar o PIB do segundo trimestre, formado por essa produção contínua em cada um dos meses.

O quadro catastrófico só não foi pior por causa das medidas adotadas pelo governo para mitigar a crise, com destaque para o auxílio emergencial de R\$ 600 ao mês pago aos mais pobres e aos trabalhadores informais. Desde junho, estudos têm apontado que os pagamentos de emergência chegaram a elevar a renda dos mais pobres, reduzindo, temporariamente, a pobreza. Ainda assim, esse impulso não impediu o tombo de 12,5% no consumo das famílias ante o

primeiro trimestre.

O economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, que, em maio, chegou a estimar uma retração de 17,3% no PIB do segundo trimestre, já havia revisado sua projeção, na semana passada, para uma queda de 9,7%. Além do impulso do auxílio emergencial no consumo, contribuíram para a melhora do quadro, na visão de Vale, a baixa adesão dos brasileiros à quarentena, que manteve alguns comércios funcionando, e o crescimento do agronegócio. O PIB da agropecuária teve o melhor desempenho entre os componentes da oferta, com alta de 0,4% ante o primeiro trimestre.

'Há commodities que não são agrícolas, mas também se beneficiaram do aumento da demanda chinesa e do câmbio, como minério de ferro e também petróleo, num grau menor. Se você junta esses segmentos todos, estamos falando de 35% a 40% do PIB com retorno positivo no primeiro semestre', afirma Vale.

Ainda pelo lado da oferta, os serviços, que respondem por cerca de 70% do PIB, encolheram 9,7% em relação ao primeiro trimestre, e a indústria tombou 12,3%. Com as empresas adiando compra de maquinário e obras suspensas, a formação bruta de capital fixo (FBCF, medida dos investimentos no PIB) despencou 15,4% em relação aos três primeiros meses do ano.

Os rumos a crise

No cenário de Bráulio Borges, economista sênior da LCA Consultores, a dinâmica global da recessão poderá ditar os rumos da crise. O fato de todas as economias do mundo terem sido atingidas, de forma semelhante e mais ou menos ao mesmo tempo - apenas a China, onde a covid-19 surgiu, foi atingida um pouco antes -, é uma das características inéditas da crise. Para ele, a recuperação poderá acabar sendo ditada pela dinâmica internacional, que, por sua vez, é marcada pelas medidas de mitigação adotadas pelos principais países.

Por isso, na visão de Borges, o desempenho da **economia** no Brasil poderá ser melhor do que o dos

vizinhos da América Latina, porque os brasileiros não respeitaram a quarentena e pela falta de coordenação na ação dos governos federal e locais - ao custo de mais mortes pela covid-19 - e por causa do tamanho das medidas emergenciais. Nas contas do Observatório de Política Fiscal do Ibre/FGV, as políticas do governo federal somam 11,5% do PIB - 8,27% do PIB em ações com gastos fiscais e 3,21% do PIB em medidas de 'crédito fiscal', voltadas para empréstimos. O pacote está praticamente no mesmo nível do dos Estados Unidos, que soma 11,6% do PIB.

'O pacote de suporte fiscal no Brasil foi muito elevado. Até mais elevado do que se poderia imaginar, dada a situação fiscal', afirma Borges.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

MP abre crédito extraordinário de R\$ 12 bilhões para as micro e pequenas empresas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Diário Oficial da União publica, nesta terça-feira (1º), a Medida Provisória (MP) nº 997, de 31 de agosto de 2020, que abre crédito extraordinário, no valor de R\$ 12 bilhões, para integralizar cotas do Fundo Garantidor de Operações (FGO) do Programa de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

Segundo o Ministério da **Economia**, parte desse aporte de R\$ 12 bilhões será destinada para algumas instituições financeiras regionais habilitadas: mais de R\$ 21 milhões em crédito pela Agência de Fomento de Goiás; R\$ 268 milhões pelo Banco do Nordeste; R\$ 203 milhões pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG); R\$ 282 milhões pelo Banco da Amazônia e R\$ 730 milhões pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Barrisul).

Pronampe

No dia 19 de agosto, o presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei nº 14.043, de 2020, que amplia o

programa.

O ministério informa que o Pronampe continuará atendendo as microempresas (com faturamento até R\$ 360 mil no ano) e empresas de pequeno porte (faturamento até R\$ 4,8 milhões no ano), além dos profissionais liberais.

O programa empresta até 30% da receita bruta do ano anterior, com taxa de **juros** máxima igual à Selic (atualmente em 2% ao ano) mais 1,25% ao ano. O prazo de pagamento é de 36 meses e carência de oito meses. É possível acompanhar o recurso sendo liberado pelo Emprestômetro do Portal do Empreendedor, onde também poderão ser consultadas as instituições habilitadas.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bolsonaro proíbe autoridade não autorizada de divulgar dado sensível de estatal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente Jair Bolsonaro editou decreto que proíbe autoridades públicas de divulgar, sem autorização, informações de estatais que possam impactar a cotação dos títulos dessas empresas e suas relações com o **mercado** ou com consumidores e fornecedores. De acordo com o ato, essa tarefa deverá ser feita oficialmente pelo diretor de Relações com Investidores da estatal federal.

O decreto é assinado também pelos ministros da **Economia**, Paulo Guedes, e da Secretaria-Geral da Presidência, Jorge Oliveira. As determinações foram inseridas no Código de Conduta da Alta Administração Federal, que foi instituído pelo governo federal em agosto de 2000.

A íntegra dos novos trechos diz: "É vedado à autoridade pública divulgar, sem autorização do órgão competente da empresa estatal federal, informação que possa causar impacto na cotação dos títulos da referida empresa e em suas relações com o **mercado** ou com consumidores e fornecedores, à qual caberá:

I - resguardar o sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenha acesso privilegiado em razão do cargo, função ou emprego público que ocupe até a divulgação ao **mercado**; e

II - comunicar qualquer ato ou fato relevante de que tenha conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores da empresa estatal federal, que promoverá sua divulgação, ou, na hipótese de omissão deste, à Comissão de Valores Mobiliários - CVM."

O decreto destaca ainda que as autoridades públicas ocupantes de cargos em órgãos estatutários de empresas públicas e de sociedades de **economia** mista também devem obedecer, além do Código de Conduta da Alta Administração Federal, regras previstas no Código de Conduta e Integridade das respectivas empresas e sociedades.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Aumentando para baixo: Governo Bolsonaro reduz proposta de salário mínimo de R\$ 1.079 para R\$ 1.067



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Roberto

O governo de Jair Bolsonaro reduziu sua proposta para o **salário** mínimo de 2021 para R\$ 1.067, de R\$ 1.079. A mudança no projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) foi enviada ao Congresso nesta segunda-feira, 31, pelo Ministério da **Economia** e diminuiu a previsão do **salário** mínimo feita em abril pelo governo.

No documento enviado ao Congresso, a pasta comandada por Paulo Guedes também elevou o rombo primário previsto para o governo central em 2021 a R\$ 233,6 bilhões, ante déficit de R\$ 149,61 bilhões que havia sido estipulado em abril, no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO). Este será o oitavo ano consecutivo de déficit primário para o país.

Agora, a perspectiva é de uma receita líquida de 1,283 trilhão de reais em 2021, queda de 97,3 bilhões de reais frente ao montante calculado em abril. As despesas para o ano que vem, por sua vez, foram estimadas em 1,517 trilhão de reais, recuo de 13,3 bilhões de reais na

mesma base de comparação.

As perspectivas foram traçadas com base em um cenário para a **economia** bastante distinto do que havia sido indicado em abril: para o PIB, o cálculo agora é de queda de 4,7% em 2020 e alta de 3,2% em 2021. No projeto da LDO, a equipe havia partido de uma expansão de 0,02% para o PIB neste ano e de 3,3% no ano que vem.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

'Isso é impacto do raio que caiu em abril', diz Guedes sobre tombo do PIB



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Foi também o segundo trimestre de retração - a queda do primeiro trimestre em relação ao quarto trimestre de 2019 foi revisada para 2,5%, ante o 1,5% inicialmente informado -, primeira vez que isso ocorre desde 2016. As duas retrações seguidas caracterizam uma 'recessão técnica', classificação comumente usada no **mercado** financeiro, embora o comitê independente da FGV dedicado a analisar os ciclos econômicos já tivesse marcado o início da recessão no primeiro trimestre.

A queda do PIB no segundo trimestre foi tão pior do que em outras crises porque 'nunca antes se propôs uma política que fosse desligar a **economia**', diz Eduardo Zilbermann, professor do Departamento de **Economia** da PUC-Rio, numa referência às regras de restrição ao contato entre as pessoas, como forma de estancar o avanço da covid-19. Em outras crises econômicas - causadas por inflação, desequilíbrios nas contas externas ou bolhas financeiras, etc. -, as empresas entram em dificuldade, suspendem investimentos e demitem funcionários, ou a renda das famílias é corroída, e elas consomem menos.

Assim, nas outras crises, as lojas vendem menos do que o normal, amargam receitas menores, mas seguem vendendo. Indústrias veem a demanda caindo, o estoque começa a encalhar nas fábricas e reduzem a produção, mas seguem produzindo. Só que o 'desligamento' provocado pela pandemia fechou lojas, que não podiam receber clientes, e fábricas, que não podiam aglomerar trabalhadores. Vendas e produção foram para perto de zero.

Como explica Zilbermann, o PIB é uma medida de fluxo, de quanto se produz continuamente ao longo do tempo. Assim, mesmo que a parada para valer tenha ocorrido em abril, o fundo do poço da **economia**, a reabertura gradual a partir de maio e junho foi insuficiente para salvar o PIB do segundo trimestre, formado por essa produção contínua em cada um dos meses.

O quadro catastrófico só não foi pior por causa das medidas adotadas pelo governo para mitigar a crise, com destaque para o auxílio emergencial de R\$ 600 ao mês pago aos mais pobres e aos trabalhadores informais. Desde junho, estudos têm apontado que os pagamentos de emergência chegaram a elevar a renda dos mais pobres, reduzindo, temporariamente, a pobreza. Ainda assim, esse impulso não impediu o tombo de 12,5% no consumo das famílias ante o primeiro trimestre.

O economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, que, em maio, chegou a estimar uma retração de 17,3% no PIB do segundo trimestre, já havia revisado sua projeção, na semana passada, para uma queda de 9,7%. Além do impulso do auxílio emergencial no consumo, contribuíram para a melhora do quadro, na visão de Vale, a baixa adesão dos brasileiros à quarentena, que manteve alguns comércios funcionando, e o crescimento do agronegócio. O PIB da agropecuária teve o melhor desempenho entre os componentes da oferta, com alta de 0,4% ante o

primeiro trimestre.

'Há commodities que não são agrícolas, mas também se beneficiaram do aumento da demanda chinesa e do câmbio, como minério de ferro e também petróleo, num grau menor. Se você junta esses segmentos todos, estamos falando de 35% a 40% do PIB com retorno positivo no primeiro semestre', afirma Vale.

Ainda pelo lado da oferta, os serviços, que respondem por cerca de 70% do PIB, encolheram 9,7% em relação ao primeiro trimestre, e a indústria tombou 12,3%. Com as empresas adiando compra de maquinário e obras suspensas, a formação bruta de capital fixo (FBCF, medida dos investimentos no PIB) despencou 15,4% em relação aos três primeiros meses do ano.

No cenário de Bráulio Borges, economista sênior da LCA Consultores, a dinâmica global da recessão poderá ditar os rumos da crise. O fato de todas as economias do mundo terem sido atingidas, de forma semelhante e mais ou menos ao mesmo tempo - apenas a China, onde a covid-19 surgiu, foi atingida um pouco antes -, é uma das características inéditas da crise. Para ele, a recuperação poderá acabar sendo ditada pela dinâmica internacional, que, por sua vez, é marcada pelas medidas de mitigação adotadas pelos principais países.

Por isso, na visão de Borges, o desempenho da **economia** no Brasil poderá ser melhor do que o dos vizinhos da América Latina, porque os brasileiros não respeitaram a quarentena e pela falta de coordenação na ação dos governos federal e locais - ao custo de mais mortes pela covid-19 - e por causa do tamanho das medidas emergenciais. Nas contas do Observatório de Política Fiscal do Ibre/FGV, as políticas do governo federal somam 11,5% do PIB - 8,27% do PIB em ações com gastos fiscais e 3,21% do PIB em medidas de 'crédito fiscal', voltadas para empréstimos. O pacote está praticamente no mesmo nível do dos Estados Unidos, que soma 11,6% do PIB.

'O pacote de suporte fiscal no Brasil foi muito elevado. Até mais elevado do que se poderia imaginar, dada a situação fiscal', afirma Borges.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Gigantes do petróleo enfrentam o desafio da adaptação à economia verde



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A adequação da matriz energética a uma **economia** de baixa emissão de carbono está na lista de prioridades das grandes petrolíferas do mundo todo. Mas empresas do setor adotam diferentes estratégias para fazer frente às mudanças climáticas. Algumas têm direcionado seus investimentos para a produção de fontes renováveis, enquanto outras para o desenvolvimento de tecnologias que minimizem os efeitos colaterais do petróleo e de seus derivados no meio ambiente.

Com a segunda matriz energética mais limpa do mundo, atrás apenas da Noruega, o Brasil é uma potência ambiental em fontes renováveis, já que extrai boa parte de sua energia dos rios, do vento e do sol, além da agricultura. No entanto, apesar de o País já ser referência, há espaço para melhora: as fontes fósseis ainda respondem por 55% do consumo interno.

Entre as petrolíferas globais, que há um século dominam o **mercado** global de energia, o prazo de adequação a uma agenda de redução de emissão de gás carbônico é longa, variando de 2030 a 2050. E o gasto na geração de energia por fontes de renováveis é baixo - menos de 5% do orçamento das empresas em

2019, segundo estudo do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo e Gás Natural (Ineep).

Caminhos

Há um grupo de petrolíferas que está ampliando o investimento em fontes renováveis, como a britânica BP. Em 2017, a multinacional comprou 43% do capital da Lightsource, líder em indústria solar na Europa. Por aqui, a empresa possui 2 gigawatts (GW) de painéis solares, além de ser sócia da BP Bunge Bioenergia, vice-líder do setor sucoenergético no País.

A norueguesa Equinor trilhou caminho semelhante ao assumir cerca de 10% do capital acionário da Scatec Solar ASA, em 2018. 'Até 2035, aumentaremos nossa capacidade instalada de energia renovável em 30 vezes em relação a hoje', disse a a assessoria de imprensa da empresa. No Brasil, por meio da Statec Solar ASA, a empresa desenvolve o complexo de energia solar Apodi, no Ceará.

A Petrobrás, porém, se alinhou a companhias norte-americanas e tem preferido focar em projetos de redução de emissão de carbono (leia mais ao lado). A estatal tem só uma usina solar, em Campos dos Goytacazes (RJ).

'Há diferentes padrões de estratégias nacionais e empresariais nessa agenda. Como os fundos de investimento verde e bancos têm aumentado o apetite por ativos de fontes renováveis, o que tem movido as companhias petrolíferas são, acima de tudo, as dimensões financeira e tecnológica do novo cenário, mais do que as preocupações estritamente ambientais', avalia o coordenador técnico do Ineep, William Nozaki.

Clarissa Lins, presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), vê no Brasil uma vocação especial para atrair projetos de compensação de emissões, com soluções baseadas em recursos naturais. Neste caso, o foco não é a substituição dos combustíveis fósseis, mas a adoção de contrapartidas

limpas para cada tonelada de gases de efeito estufa emitida.

Uma forte defensora desse modelo é a anglo-holandesa Shell, que aposta em projetos de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas. 'A Shell tem um objetivo muito claro: é ter esse crédito de carbono em mãos nesse mundo que vai passar para uma fase pós-Acordo de Paris e se tornar operacional', disse Monique Gonçalves, gerente de estratégia e planejamento da petrolífera.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Salário mínimo para 2021 ficará em R\$ 1.067



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

Aumento será menor que o previsto na LDO

A queda da inflação fez o governo reduzir o reajuste do **salário** mínimo para o próximo ano. Segundo o projeto do Orçamento de 2021, enviado hoje (31) ao Congresso, o mínimo subirá para R\$ 1.067 em 2021.

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021, enviado em abril, fixava o **salário** mínimo em R\$ 1.075 para o próximo ano. O valor, no entanto, pode ser revisto na proposta de Orçamento da União dependendo da evolução dos parâmetros econômicos.

Segundo o Ministério da **Economia**, a queda da inflação decorrente da retração da atividade econômica impactou o reajuste do mínimo. Em abril, a pasta estimava que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) encerraria 2020 em 3,19%. No projeto do Orçamento, a estimativa foi revisada para 2,09%.

A regra de reajuste do **salário** mínimo que estabelecia a

correção do INPC do ano anterior mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos) de dois anos antes perdeu a validade em 2019. O **salário** mínimo agora é corrigido apenas pelo INPC, considerando o princípio da Constituição de preservação do poder de compra do mínimo.

PIB

O projeto do Orçamento também reduziu as estimativas de crescimento econômico para o próximo ano na comparação com os parâmetros da LDO. A projeção de crescimento do PIB passou de 3,3% para 3,2% em 2021. A previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado como índice oficial de inflação, caiu de 3,65% para 3,24%.

Outros parâmetros foram revisados. Por causa da queda da Selic (**juros** básicos da **economia**), a proposta do Orçamento prevê que a taxa encerrará 2021 em 2,13% ao ano, contra projeção de 4,33% ao ano que constava na LDO. O dólar médio chegará a R\$ 5,11 em 2021, contra estimativa de R\$ 4,29 da LDO.

Ouçã na Radioagência Nacional:

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

COMISSÃO DO CORONAVÍRUS DEBATE SOLUÇÕES PARA RECUPERAÇÃO DO SETOR TURÍSTICO



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

Divulgação

A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização das Ações Governamentais para enfrentamento e combate à COVID-19, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, recebeu, na reunião desta segunda-feira (31), por Sistema de Deliberação Remota (SDR), o empresário Habib Chalita, que falou do impacto da pandemia nas relações empresariais, especialmente no setor turístico do estado.

De acordo com o empresário, logo no início, quando a pandemia se alastrou pelo RN, os estabelecimentos do setor de alimentação e hospedagem foram imediatamente fechados e passaram por momentos totalmente parados, por consequência da situação do isolamento, 'que foi, sem dúvida, fundamental no princípio da pandemia', disse.

'Os números do impacto desse fechamento começaram

a aparecer. Hoje devemos ter cerca de 40 mil desempregados, que envolvem o setor de alimentação e hospedagem. A grande dificuldade que temos é, ainda, a situação referente a linhas de créditos para que o pequeno e micro empreendedor possam reabrir os seus negócios. Por isso, é importante que o estado colabore', explicou o convidado. Ele enfatizou a necessidade de que os empreendimentos trabalhem com segurança, com sanitização e cumprindo os protocolos.

O deputado Francisco do PT (PT) destacou que não é uma situação fácil para ninguém, nem para governo, muito menos para a iniciativa privada. 'Ao ouvir sua fala, percebo que você aborda toda a preocupação dos impactos que teve o setor, mas ao mesmo tempo você tem uma visão de preocupação com a vida das pessoas, porque sem vida não há **economia**', falou a parlamentar, que, em seguida, indagou o convidado a respeito de se está havendo diálogo do setor com os governos estadual e federal, nesse momento, e que contemple soluções para o durante e o pós-pandemia.

Habib Chalita respondeu ao deputado Francisco do PT (PT) que foi aberto um grupo de trabalho entre o governo estadual e o setor produtivo de imediato, quando começou a situação pandêmica. 'Participamos e passamos diretamente para o governo estadual quais eram os gargalos e as dificuldades que estávamos enfrentando. Com relação ao governo federal, houve decretos e medidas financeiras, mas também existiram gargalos para se ter acesso a essas linhas de crédito. Com o passar do tempo, essas questões foram sendo facilitadas', justificou.

'Hoje, o setor de turismo terá a recuperação mais lenta de todas, sobretudo porque precisamos fazer com que a malha aérea do RN possa funcionar. O importante é que possamos dar as mãos, para que possamos superar esses obstáculos', complementou o empresário.

O deputado estadual Getulio Rêgo (DEM) questionou o empresário Habib Chalita se haveria alguma pauta específica, a nível local, do ponto de vista de **tributos**, agência do fomento, para formular ao governo do estado nesse momento.

O convidado informou que está havendo o acesso de créditos aos pequenos e micros empreendedores, mas alguns não conseguem ainda porque precisam se regularizar para concluir cadastro, já que são, geralmente, trabalhadores informais. 'Eu ainda estou aguardando um retorno com relação à situação desses cadastros', falou.

O deputado Tomba Farias (PSDB) lembrou que o turismo e a cultura foram os setores mais atingidos com essa pandemia. E opinou que acredita que o governo federal, desse ponto de vista, está fazendo a parte dele de ajudar a esses setores. E, então, perguntou ao empresário se ele poderia mensurar um montante de recursos que seriam necessários para recuperação do setor turístico no Rio Grande do Norte. Habib Chalita respondeu que a previsão é que em outubro se possa ter um número exato do impacto da pandemia no setor.

O parlamentar que preside a Comissão do coronavírus, Kelps Lima (SDD), por sua vez, chamou atenção para a falta de inovação dos empreendedores para se adaptarem aos novos tempos. 'Acredito que as relações sociais, de consumo e empresariais já sofreram transformações profundas e que muitas não voltarão ao estado anterior. Uma das minhas preocupações é que vejo muita gente olhando para o passado e não olhando para o futuro, sem fazer, portanto, leituras modernas dos processos. Eu sinto falta de criatividade. Uma das medidas nesse instante, por exemplo, seria o governo do estado investir a verba da comunicação na reativação da **economia** do RN, na ativação do turismo regional. Se o turista de São Paulo não vem ao Rio Grande do Norte, o turista de Santana do Matos pode vir a Natal. O turismo interno é o mais seguro', falou.

Com relação à verba da comunicação do governo do estado, Habib Chalita informou que foi feito um levantamento de que o turista que vai vir para o RN, no

período imediato pós-pandemia, não virá de avião, mas de carro. 'Solicitamos ao governo estadual que fizesse uma mídia voltada para os entornos, para os Estados vizinhos, para que possam vir para cá. Nós sabemos que essas cidades estão à procura de fazer turismo. O RN conseguiu tirar o selo de turismo seguro, então até o final de 2020 é fazer uma divulgação nesse sentido. O setor privado está se responsabilizando por toda a sanitização nesse momento', concluiu.

O deputado Kelps Lima (SDD) informou que fará um requerimento nesse sentido, para direcionar a verba de comunicação do estado para o setor turístico.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Guedes diz que declaração sobre derrubada de veto foi lamento, não ofensa



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

No último dia 19, o Senado derrubou o veto do presidente da República ao projeto que autoriza o reajuste salarial a profissionais de saúde e trabalhadores da educação pública durante o período da pandemia da covid-19. O veto acabou sendo mantido pelos deputados, em sessão realizada no dia seguinte, após articulação do governo junto à sua base na Câmara. Antes da votação dos deputados, no entanto, Guedes entendeu que a decisão do Senado era 'um crime contra o país'. A fala de Guedes gerou reação dos senadores que aprovaram um requerimento de convite ao ministro apara que ele explique as declarações.

'Quando eu digo que é um crime, eu estava me referindo a um voto específico. É uma forma de expressão. Foi muito mais um lamento contra o voto em si, do que uma ofensa aos senadores', disse Guedes, hoje, em audiência pública virtual da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao novo coronavírus (covid-19).

O ministro disse que sempre demonstrou respeito pelo Senado, e que o considera reformista. Ele citou as reformas que já foram aprovadas pela casa, como a da previdência, o marco legal do saneamento básico e o auxílio emergencial.

Segundo o ministro, se fosse permitido reajuste de salários, parte dos gastos extraordinários necessários para o enfrentamento da pandemia iria se tornar permanente. 'Se transformar em aumento de **salário**, tecnicamente vira um desastre financeiro porque seria um gasto permanente', disse.

Guedes acrescentou que sentiu-se abandonado e isolado com a derrubada do veto, após terem sido feitos acordos públicos de congelamento dos salários.

O ministro disse ainda que não vê problema em ir ao Senado para falar sobre o tema, mas afirmou que não acredita que tenha 'ofendido qualquer senador ou o Senado em si'.

Após a fala do ministro, o pelo senador Confúcio Moura (MDB-RO), que presidente a comissão mista, vai transmitir a declaração de hoje ao senador Eduardo Gomes, líder do governo no Congresso, e ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, para que o assunto seja encerrado.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Queda do PIB brasileiro foi menor do que em outros países, diz governo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Secretaria de Política Econômica do Ministério da **Economia** afirmou que a queda do Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil no segundo trimestre está entre as menores em relação às principais economias do mundo.

O PIB, que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, teve queda de 9,7% no segundo trimestre deste ano, na comparação com o trimestre anterior. O PIB caiu 11,4% na comparação com o segundo trimestre de 2019. Ambas as taxas foram as quedas mais intensas da série, iniciada em 1996. No acumulado dos quatro trimestres terminados em junho, houve queda de 2,2% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores. Os dados foram divulgados hoje (1º) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em nota, a secretaria cita a queda no segundo trimestre nos países do G7 (grupo dos países mais industrializados do mundo, composto por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido), que chegou a 11,9%, quando comparado ao mesmo trimestre de 2019.

'Algo semelhante ocorre para os países emergentes como Chile, México e Índia [cujas quedas] foram de -13,7%, -19% e -23,9%, respectivamente', diz.

A secretaria cita ainda que as projeções dos analistas de **mercado** 'melhoraram continuamente desde junho, devido aos resultados mais positivos dos indicadores de atividade, notadamente, varejo e indústria'.

'A melhora das projeções da variação do PIB no 2º trimestre ao longo dos últimos dois meses está relacionada com o sucesso das políticas econômicas que limitaram a deterioração do **mercado** de trabalho, mantiveram a estrutura produtiva e garantiram renda para as famílias mais pobres e para os trabalhadores informais', acrescenta.

Na avaliação da secretaria, para que a retomada seja consistente, é importante a continuidade da agenda de reformas estruturais e da consolidação fiscal.

'O diagnóstico do baixo crescimento da **economia** brasileira é a baixa produtividade, resultado da má alocação de recursos. Não há outro caminho que resulte em elevação do bem-estar dos brasileiros a não ser medidas que busquem a correção da má alocação e incentive a expansão do setor privado', diz.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

PIB do Brasil recua 9,7% no segundo trimestre, o que confirma recessão no país



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Tatiana Alcantara

Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil caiu 9,7% no segundo trimestre do ano antes os três primeiros meses do ano. Em relação ao PIB do mesmo período do ano passado, houve um recuo de 11,4%. Os dados foram divulgados nesta terça-feira (1º) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A retração de 9,7% em relação aos três primeiros meses do ano é a maior da atual série histórica do IBGE, iniciada em 1996, mas, segundo cálculos de pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV), não há registro de um trimestre com desempenho pior desde 1980.

Foi também o segundo trimestre de retração, primeira vez que isso ocorre desde 2016. As duas retrações seguidas caracterizam uma 'recessão técnica', classificação comumente usada no **mercado** financeiro,

embora o comitê independente da FGV dedicado a analisar os ciclos econômicos já tivesse marcado o início da recessão no primeiro trimestre.

MOTIVOS DA MAIOR QUEDA DO PIB DA HISTÓRIA

A queda do PIB no segundo trimestre foi tão pior do que em outras crises porque 'nunca antes se propôs uma política que fosse desligar a **economia**', diz Eduardo Zilbermann, professor do Departamento de **Economia** da PUC Rio, numa referência às regras de restrição ao contato entre as pessoas, como forma de estancar o avanço da Covid-19. Em outras crises econômicas - causadas por inflação, desequilíbrios nas contas externas ou bolhas financeiras, etc. -, as empresas entram em dificuldade, suspendem investimentos e demitem funcionários, ou a renda das famílias é corroída, e elas consomem menos.

Assim, nas outras crises, as lojas vendem menos do que o normal, amargam receitas menores, mas seguem vendendo. Indústrias veem a demanda caindo, o estoque começa a encalhar nas fábricas e reduzem a produção, mas seguem produzindo. Só que o 'desligamento' provocado pela pandemia fechou lojas, que não podiam receber clientes, e fábricas, que não podiam aglomerar trabalhadores. Vendas e produção foram para perto de zero.

Como explica Zilbermann, o PIB é uma medida de fluxo, de quanto se produz continuamente ao longo do tempo. Assim, mesmo que a parada para valer tenha ocorrido em abril, o fundo do poço da **economia**, a reabertura gradual a partir de maio e junho foi insuficiente para salvar o PIB do segundo trimestre, formado por essa produção contínua em cada um dos meses.

QUEDA DO PIB PODERIA SER PIOR

O quadro catastrófico só não foi pior por causa das medidas adotadas pelo governo para mitigar a crise,

com destaque para o auxílio emergencial de R\$ 600 ao mês pago aos mais pobres e aos trabalhadores informais. Desde junho, estudos têm apontado que os pagamentos de emergência chegaram a elevar a renda dos mais pobres, reduzindo, temporariamente, a pobreza. Ainda assim, esse impulso não impediu o tombo de 12,5% no consumo das famílias ante o primeiro trimestre.

O economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, que, em maio, chegou a estimar uma retração de 17,3% no PIB do segundo trimestre, já havia revisado sua projeção, na semana passada, para uma queda de 9,7%. Além do impulso do auxílio emergencial no consumo, contribuíram para a melhora do quadro, na visão de Vale, a baixa adesão dos brasileiros à quarentena, que manteve alguns comércios funcionando, e o crescimento do agronegócio. O PIB da agropecuária teve o melhor desempenho entre os componentes da oferta, com alta de 0,4% ante o primeiro trimestre.

'Há commodities que não são agrícolas, mas também se beneficiaram do aumento da demanda chinesa e do câmbio, como minério de ferro e também petróleo, num grau menor. Se você junta esses segmentos todos, estamos falando de 35% a 40% do PIB com retorno positivo no primeiro semestre', afirma Vale.

Ainda pelo lado da oferta, os serviços, que respondem por cerca de 70% do PIB, encolheram 9,7% em relação ao primeiro trimestre, e a indústria tombou 12,3%. Com as empresas adiando compra de maquinário e obras suspensas, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, medida dos investimentos no PIB) despencou 15,4% em relação aos três primeiros meses do ano.

No cenário de Bráulio Borges, economista sênior da LCA Consultores, a dinâmica global da recessão poderá ditar os rumos da crise. O fato de todas as economias do mundo terem sido atingidas, de forma semelhante e mais ou menos ao mesmo tempo - apenas a China, onde a Covid-19 surgiu, foi atingida um pouco antes -, é uma das características inéditas da crise. Para ele, a recuperação poderá acabar sendo ditada pela dinâmica

internacional, que, por sua vez, é marcada pelas medidas de mitigação adotadas pelos principais países.

Por isso, na visão de Borges, o desempenho da **economia** no Brasil poderá ser melhor do que o dos vizinhos da América Latina, porque os brasileiros não respeitaram a quarentena e pela falta de coordenação na ação dos governos federal e locais - ao custo de mais mortes pela Covid-19 - e por causa do tamanho das medidas emergenciais. Nas contas do Observatório de Política Fiscal do Ibre/FGV, as políticas do governo federal somam 11,5% do PIB - 8,27% do PIB em ações com gastos fiscais e 3,21% do PIB em medidas de 'crédito fiscal', voltadas para empréstimos. O pacote está praticamente no mesmo nível do dos Estados Unidos, que soma 11,6% do PIB.

'O pacote de suporte fiscal no Brasil foi muito elevado. Até mais elevado do que se poderia imaginar, dada a situação fiscal', afirma Borges.

Para Zilbermann, da PUC Rio, a **economia** brasileira está numa 'encruzilhada'. Por um lado, no momento mais imediato, as medidas emergenciais impulsionam a **economia** e podem ajudar na recuperação nos próximos meses. Por outro lado, os gastos públicos associados às medidas ameaçam o equilíbrio fiscal nos próximos anos. Desequilíbrios poderão elevar o risco país e a cotação do dólar e afastar investidores, o que tiraria ímpeto da recuperação da **economia**. A saída, segundo o professor, seria o governo sinalizar claramente que a elevação de gastos é temporária, tem data para terminar e que o equilíbrio das contas voltará no médio prazo.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Comissão do coronavírus debate soluções para recuperação do setor turístico no RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Canindé Soares

A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização das Ações Governamentais para enfrentamento e combate à COVID-19, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, recebeu, na reunião desta segunda-feira (31), por Sistema de Deliberação Remota (SDR), o empresário Habib Chalita, que falou do impacto da pandemia nas relações empresariais, especialmente no setor turístico do estado.

De acordo com o empresário, logo no início, quando a pandemia se alastrou pelo RN, os estabelecimentos do setor de alimentação e hospedagem foram imediatamente fechados e passaram por momentos totalmente parados, por consequência da situação do isolamento, 'que foi, sem dúvida, fundamental no princípio da pandemia', disse.

'Os números do impacto desse fechamento começaram a aparecer. Hoje devemos ter cerca de 40 mil desempregados, que envolvem o setor de alimentação

e hospedagem. A grande dificuldade que temos é, ainda, a situação referente a linhas de créditos para que o pequeno e micro empreendedor possam reabrir os seus negócios. Por isso, é importante que o estado colabore', explicou o convidado. Ele enfatizou a necessidade de que os empreendimentos trabalhem com segurança, com sanitização e cumprindo os protocolos.

O deputado Francisco do PT (PT) destacou que não é uma situação fácil para ninguém, nem para governo, muito menos para a iniciativa privada. 'Ao ouvir sua fala, percebo que você aborda toda a preocupação dos impactos que teve o setor, mas ao mesmo tempo você tem uma visão de preocupação com a vida das pessoas, porque sem vida não há **economia**', falou a parlamentar, que, em seguida, indagou o convidado a respeito de se está havendo diálogo do setor com os governos estadual e federal, nesse momento, e que contemple soluções para o durante e o pós-pandemia.

Habib Chalita respondeu ao deputado Francisco do PT (PT) que foi aberto um grupo de trabalho entre o governo estadual e o setor produtivo de imediato, quando começou a situação pandemia. 'Participamos e passamos diretamente para o governo estadual quais eram os gargalos e as dificuldades que estávamos enfrentando. Com relação ao governo federal, houve decretos e medidas financeiras, mas também existiram gargalos para se ter acesso a essas linhas de crédito. Com o passar do tempo, essas questões foram sendo facilitadas', justificou.

'Hoje, o setor de turismo terá a recuperação mais lenta de todas, sobretudo porque precisamos fazer com que a malha aérea do RN possa funcionar. O importante é que possamos dar as mãos, para que possamos superar esses obstáculos', complementou o empresário.

O deputado estadual Getulio Rêgo (DEM) questionou o empresário Habib Chalita se haveria alguma pauta

específica, a nível local, do ponto de vista de **tributos**, agência do fomento, para formular ao governo do estado nesse momento.

O convidado informou que está havendo o acesso de créditos aos pequenos e micros empreendedores, mas alguns não conseguem ainda porque precisam se regularizar para concluir cadastro, já que são, geralmente, trabalhadores informais. 'Eu ainda estou aguardando um retorno com relação à situação desses cadastros', falou.

O deputado Tomba Farias (PSDB) lembrou que o turismo e a cultura foram os setores mais atingidos com essa pandemia. E opinou que acredita que o governo federal, desse ponto de vista, está fazendo a parte dele de ajudar a esses setores. E, então, perguntou ao empresário se ele poderia mensurar um montante de recursos que seriam necessários para recuperação do setor turístico no Rio Grande do Norte. Habib Chalita respondeu que a previsão é que em outubro se possa ter um número exato do impacto da pandemia no setor.

O parlamentar que preside a Comissão do coronavírus, Kelps Lima (SDD), por sua vez, chamou atenção para a falta de inovação dos empreendedores para se adaptarem aos novos tempos. 'Acredito que as relações sociais, de consumo e empresariais já sofreram transformações profundas e que muitas não voltarão ao estado anterior. Uma das minhas preocupações é que vejo muita gente olhando para o passado e não olhando para o futuro, sem fazer, portanto, leituras modernas dos processos. Eu sinto falta de criatividade. Uma das medidas nesse instante, por exemplo, seria o governo do estado investir a verba da comunicação na reativação da **economia** do RN, na ativação do turismo regional. Se o turista de São Paulo não vem ao Rio Grande do Norte, o turista de Santana do Matos pode vir a Natal. O turismo interno é o mais seguro', falou.

Com relação à verba da comunicação do governo do estado, Habib Chalita informou que foi feito um levantamento de que o turista que vai vir para o RN, no período imediato pós-pandemia, não virá de avião, mas de carro. 'Solicitamos ao governo estadual que fizesse

uma mídia voltada para os entornos, para os Estados vizinhos, para que possam vir para cá. Nós sabemos que essas cidades estão à procura de fazer turismo. O RN conseguiu tirar o selo de turismo seguro, então até o final de 2020 é fazer uma divulgação nesse sentido. O setor privado está se responsabilizando por toda a sanitização nesse momento', concluiu.

O deputado Kelps Lima (SDD) informou que fará um requerimento nesse sentido, para direcionar a verba de comunicação do estado para o setor turístico.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

II SEMINÁRIO AUDIOVISUAL & MERCADO SERÁ REALIZADO DE FORMA VIRTUAL



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Hilneth Correia

O Seminário Audiovisual & Mercado nasceu como o objetivo de promover um ambiente para diálogos e reflexões, sendo o primeiro evento no RN especificamente voltado para questões mercadológicas do segmento do audiovisual, abordando temas diversos que compõem essa estrutura. A segunda edição do seminário acontecerá de 15 a 17 de setembro, em formato webinar. O evento é mais uma iniciativa do Festival Goiamum Audiovisual.

Nesta segunda edição serão discutidos tópicos como os novos desafios trazidos pela pandemia a nível global, as novas reestruturações do **mercado** audiovisual atual em tempos de hiperconexão, como também os desafios que a **economia** criativa sempre enfrentou. As inscrições podem ser feitas a partir de 31 de agosto, através do site ou aplicativo Sympla. A programação contará com duas atividades por dia e abordará diversos temas relevantes para o **mercado**.

PROGRAMAÇÃO COMPLETA

TERÇA-FEIRA - 15/09

15h - PALESTRA: InnSaei.TV - Desmitificando a plataforma streaming

Palestrante: Bia Ambrogi (SP)

Mediação: Alexandre Soares (PE)

Exposição da plataforma streaming InnSaei.TV, que distribui conteúdos audiovisuais de todos os gêneros, abrigando no mesmo espaço desde filmes e séries, a transmissões de lives, canais de cursos, influencers, transmissão de eventos, mostras e festivais. Está disponível para todas as telas, pois o aplicativo pode ser baixado em iOS e Android, tablets e smart tv.

Tem cadastro gratuito, com conteúdos abertos, outros fechados por assinatura ou em formato pay-per-view.

19h - MASTERCLASS: CULTURA P?S (E DURANTE) COVID - CAMINHOS E PROVOCAÇÕES - ACESSO GRATUITO

Palestrante: Ana Carla Fonseca Reis (SP)

Mediação: Keila Sena (RN)

Que o setor cultural foi um dos mais impactados pela pandemia, todos sabemos. Que a cultura já passou por poucas e boas e sempre se mostrou mais forte do que os desafios do contexto, também sabemos. Brasil adentro e mundo afora, vêm surgindo iniciativas e projetos que buscam encontrar oportunidades em uma conjuntura tão restritiva. Será que também estamos preparados para mudanças mais estruturantes?

Abertura com Keila Sena (Casa de Produção) e João Hélio (SEBRAE-RN)

QUARTA-FEIRA - 16/09

15h - PALESTRA: NARRATIVAS CONTEMPORÂNEAS

- VERSATILIDADES E DESAFIOS NA REALIZAÇÃO DE CURTA-METRAGEM NO BRASIL

Palestrante: William Hinestrosa (SP)

Mediação: Pedro Fiuza (RN)

Exposição sobre as versatilidades do formato curta-metragem para as narrativas contemporâneas. Versatilidades que inserem o curta-metragem como um terreno possível para expansões do **mercado** audiovisual. A palestra será direcionada em duas bases:

A realização em urgência: como o curta-metragem estimula e impulsiona abordagens contemporâneas sobre questões urgentes. A força da irreverência: para além do espaço de experimentação, o curta-metragem conduz um potencial de irreverência que permite um alcance expressivo.

19h - WORKSHOP: O PROJETO COMO PEÇA-CHAVE NA REALIZAÇÃO DE UMA OBRA AUDIOVISUAL

Palestrante: Vânia Lima (BA) - Diretora da Têm Dendê Produções

Mediação: Babi Baracho (RN)

O lugar do Produtor executivo realizador nos projetos audiovisuais; como colocar de pé um projeto e prepará-lo para as linhas de financiamento; o **mercado**, os editais, os fundos de financiamento e a composição com marcas/ exibidores.

A partir do Case da Têm Dendê, empresa reconhecida no **mercado** audiovisual, referência da Região CONNE, Vânia, diretora e responsável criativa, abordará temas que são essenciais para a criação de uma proposta audiovisual.

QUINTA-FEIRA - 17/09

15h - MASTERCLASS: OS DESAFIOS DO MERCADO AUDIOVISUAL BRASILEIRO NO ATUAL CONTEXTO DA PANDEMIA E DO AMBIENTE POLÍTICO-**INSTITUCIONAL**

Palestrante: Alfredo Manevy (SP)

Mediação: Paulo Roberto (PB)

A masterclass irá discutir os desafios do audiovisual nacional, que após duas décadas de grandes avanços, se vê agora diante de um enorme impasse e desafio de sobrevivência econômica, política e cultural. Não apenas pela pandemia e os desafios globais para toda a indústria do entretenimento, mas o risco especial do Brasil perder sua posição de indústria em construção e se transformar em mero **mercado** de consumo na **economia** mundo do audiovisual.

19h - PALESTRA: A IMPORTÂNCIA DO AUDIOVISUAL PARA A MÚSICA

Palestrante: Ricardo Lago (RN) - Dronando Filmes

Mediador: Anderson Foca (RN)

Com o advento da internet e a democratização da distribuição de conteúdo musical, tornou-se palpável para muitos artistas, independente do seu tamanho, criar conteúdos relevantes e o mais importante: serem vistos.

E qual o papel do audiovisual na música? Um videoclipe bem feito cria novos laços com a audiência, seja porque ela está tendo contato visual com o artista, ou por se identificar com a identidade audiovisual do artista. A palestra dada por Ricardo Lago irá abordar a importância do audiovisual para a música.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo encaminha ao Congresso Projeto de Lei Orçamentária de 2021



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

01 de setembro de 2020 Governo encaminha ao Congresso Projeto de Lei Orçamentária de 2021

O Governo Federal encaminhou, nesta segunda-feira (31), ao Congresso Nacional, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2021. O documento faz uma previsão de receitas e despesas da União para o próximo ano. Traz, por exemplo, os principais indicadores da **economia** brasileira para 2021, como o valor do **salário** mínimo e a previsão de crescimento econômico. Por causa do distanciamento social, este ano, o PLOA foi entregue ao Legislativo de forma protocolar.

PIB: Para o ano que vem, o Projeto de Lei Orçamentária Anual estima um crescimento econômico de 3,2% do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e riquezas produzidas no país, superando R\$ 7,6 trilhões.

O Ministério da **Economia** destacou que o orçamento respeitou o limite do teto de gastos e não levou em conta o impacto positivo que as reformas administrativa e tributária podem causar, caso sejam aprovadas no

ano que vem,

'Nós temos o estrito atendimento às regras fiscais. Isso é verdadeiro, não somente para o teto de gastos, mas também para meta de primário e regra de ouro', disse o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues.

O secretário voltou a reforçar a importância de o Congresso Nacional aprovar as novas reformas, tanto a tributária (parte já enviada ao Congresso Nacional) quanto à administrativa (que ainda será encaminhada ao Legislativo), para que a **economia** possa responder com mais ganhos de produtividade.

'Em particular com a tributária, que tem alto impacto sobre o crescimento do PIB em potencial. E, com esse maior crescimento, teremos aumento da receita primária, sem ter aumento da carga tributária, que é outra premissa que nós trabalhamos, não haver aumento da carga tributária', destacou.

Despesa total do orçamento

Um total de R\$ 4,075 trilhões será para despesa total do orçamento, que inclui, aí, os valores destinados aos ministérios, de acordo com o projeto. A maior fatia fica para o da **Economia**, R\$ 3,383 trilhões, que é responsável pelos pagamentos de benefícios e auxílios. Já o Ministério da Cidadania, por exemplo, vai receber R\$ 104 bilhões; Educação, R\$ 144,4 bilhões; e Saúde, R\$ 136,7 bilhões.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Programa impulsiona negócios de empresas sociais e criativas no RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Quem acessa as redes sociais ou ver o catálogo de divulgação das peças da Caju Maria Ateliê, marca de bolsas e acessórios artesanais feitos manualmente, logo percebe a filosofia do negócio e o cuidado para incluir modelos afro-brasileiros para demonstração dos produtos. A marca entrou no **mercado** potiguar em 2016, mas foi nos últimos dois anos que ganhou força com a estruturação da gestão de planejamento do negócio. Esse posicionamento se deve muito à metodologia do Programa de Desenvolvimento das Economias Inclusivas e Criativas (DICE) - do inglês Developing Inclusive and Creative Economies - que no estado conta com a parceria do Sebrae do Rio Grande do Norte.

O programa é uma iniciativa do Consulado Britânico (British Council) para apoiar o desenvolvimento de **economia** criativa e negócios sociais no Reino Unido e em cinco países, incluindo o Brasil. No Rio Grande do Norte, o projeto vem sendo executado pelo Sebrae desde o ano passado. A proposta é impulsionar e estimular negócios de impacto social ou cultural, empreendimentos que contribuam para Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e para o

desenvolvimento inclusivo, organizações que trabalhem para as pessoas e o meio ambiente (e não somente para o lucro), pessoas e empresas do setor criativo que usem a sua criatividade para desenvolver produtos e processos, com foco também na inclusão de mulheres, minorias étnico-raciais e pessoas LGBTQ+.

O programa de capacitação incluiu cerca de 60 empreendedores potiguares, dos quais uma parte foi selecionada para os módulos seguintes para a segunda turma, contendo 54 negócios. Em agosto, 32 empreendedores finalizaram os últimos módulos, incluindo capacitações remotas devido à pandemia. Todo o programa foi estruturado em três pilares: aprendizado, mentoria e fortalecimento da rede. De acordo com a gestora do programa no Sebrae-RN, Ana Ubarana, durante o programa, esses empreendedores tiveram contato com especialistas de áreas como inovação, marketing, finanças, gestão de pessoas, psicologia, compliance e propriedade intelectual.

Wilza Santos, da Caju Maria Ateliê, está entre os participantes do programa, que deu um novo rumo para a gestão da empresa. 'Tudo foi acontecendo muito na parte de produção e sentia falta dessa coisa da gestão, mesmo estudando muito assim sozinha e participando de alguns cursos avulsos. Mas, nada que me desse subsidio para estruturar a gestão passo a passo', confessa. Com a metodologia DICE, cada módulo atacou uma área da empresa. 'Assim, consegui olhar o todo e entender que sozinha posso não dar conta de tudo e que precisava agregar gente comigo'. Depois disso, passou a planejar a empresa a longo prazo, sem se concentrar somente na produção. Mesmo em meio à pandemia da Covid-19, a marca vendeu 129 peças.

E Essa é a ideia do projeto, que se baseia na hipótese de apoiar o desenvolvimento de projetos criativos e negócios sociais como uma maneira eficaz de abordar questões, como desemprego, desigualdade e crescimento econômico para construir sociedades mais inclusivas. 'A metodologia aborda de forma prática e dinâmica em seus conteúdos questões como

autoconhecimento, tanto do negócio quanto do **mercado** em que está inserido, usa o design thinking e a parte de gestão propriamente dita, com noções de marketing, gestão de pessoas, finanças, prototipagem e a parte psicológica, gestão colaborativa e participativa, criando essa noção de rede e de conexão entre esses empreendedores', ressalta uma das instrutoras da metodologia, a consultora Sara Cassiano.

Negócios multiplicados

O resultado dessa abordagem não poderia ter sido melhor e fez diferença para Jéssica Fernandes, que integrou uma das turmas. Os conhecimentos repassados ampliaram a visão empreendedora e ela multiplicou a quantidade de negócio com a inclusão de grupos em redes. Já possuía uma gráfica para impressão de camisetas e, com a visão do programa, decidiu estimular a comunidade local, da zona Norte de Natal, a participar do empreendimento, fazendo linhas personalizadas.

"Além desse trabalho, estamos lançando uma linha de embalagens sustentáveis e, em parceria com uma associação do município de São José do Mipibu, estamos desenvolvendo ecobags', anuncia. As bolsas são confeccionadas por pessoas de duas comunidades carentes, que usam a tipologia fuxico e outros tipos de artesanato nas peças. Jéssica fica responsável por ensinar a arte da serigrafia para um grupo de 30 mulheres. 'Estamos fazendo o projeto acontecer. Elas cortam, fecham e costuram as ecobags, que são vendidas no comércio local'. Na galeria, onde está instalada a gráfica, a empreendedora abriu ainda um negócio de alimentação fora do lar e vai lançar, ainda este ano, uma cooperativa de bikes para entregas.

Essa visão ampliada de como é importante empreender envolvendo comunidades é fruto do que absorveu do programa, já que a metodologia busca a valorização e o fortalecimento das habilidades e iniciativas empreendedoras. "Os encontros contribuem muito no processo de aprendizagem, além de proporcionar uma maior interação entre os conteúdos ministrados e as implicações práticas no dia a dia dos negócios', explica

o consultor Mário Sérgio Correia.

Durante os seis módulos, os participantes puderam ter uma experiência prática e criativa permeada por paixão, entrega, compromisso, engajamento e muito aprendizado, pois o DICE procura acolher, valorizar e fortalecer, nos negócios, propósitos, como criatividade, sustentabilidade, empoderamento, protagonismo, liderança, autoestima, inclusão e diversidade. 'Assim, conseguimos desenvolver um ambiente propício para que as pessoas se sintam fortalecidas ao ressignificarem seus negócios, validá-los e refiná-los', destaca Mário Sérgio.

Doces sonhos empoderados

A chef confeitaria Deborah Sanders já tinha um negócio, que começou como uma fonte de renda alternativa, a Lovely Confeitaria. Porém, o programa a ajudou a encontrar o seu lugar no mundo, como empreendedora. Ela virou instrutora de confeitaria e, paralelamente, impulsionou o negócio. 'Foi assim, um divisor de águas. O primeiro módulo já foi muito impactante porque a gente começa fazer uma autoanálise de quem a gente é e qual o nosso lugar no mundo, nosso propósito. Isso reflete muito no negócio. O meu sentimento, o meu foco e a minha vontade se tornaram muito evidentes', conta.

Todo o conhecimento adquirido a estimulou a colocar em prática o aprendizado e abriu a primeira mentoria com 14 confeitarias inscritas. 'Foram seis semanas de trocas ao vivo no aplicativo Zoom. Quanto mais eu falava, mais confiante eu ficava sobre o meu próprio negócio. Desde março, estou 100% dedicada ao meu negócio e, em quatro meses, eu já estava faturando equivalente ao que eu faturava com carteira assinada há sete anos', conta. Segundo Deborah, o programa revelou a força e o poder de empreender. 'Em cinco meses, coloquei tudo em prática e hoje eu sou uma empreendedora com grandes planos, sou professora de confeitaria online e sou mentora de outras confeitarias', enfatiza Deborah, que continua com o seu ateliê em funcionamento.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -

ECONOMIA

Queda do PIB foi menor do que em outros países, diz ministério



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

A Secretaria de Política Econômica do Ministério da **Economia** afirmou que a queda do Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil no segundo trimestre está entre as menores em relação às principais economias do mundo.

O PIB, que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, teve queda de 9,7% no segundo trimestre deste ano, na comparação com o trimestre anterior. O PIB caiu 11,4% na comparação com o segundo trimestre de 2019. Ambas as taxas foram as quedas mais intensas da série, iniciada em 1996. No acumulado dos quatro trimestres terminados em junho, houve queda de 2,2% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores. Os dados foram divulgados hoje (1º) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em nota, a secretaria cita a queda no segundo trimestre nos países do G7 (grupo dos países mais industrializados do mundo, composto por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido), que chegou a 11,9%, quando comparado ao

mesmo trimestre de 2019.

'Algo semelhante ocorre para os países emergentes como Chile, México e Índia [cujas quedas] foram de -13,7%, -19% e -23,9%, respectivamente', diz.

A secretaria cita ainda que as projeções dos analistas de **mercado** 'melhoraram continuamente desde junho, devido aos resultados mais positivos dos indicadores de atividade, notadamente, varejo e indústria'.

'A melhora das projeções da variação do PIB no 2º trimestre ao longo dos últimos dois meses está relacionada com o sucesso das políticas econômicas que limitaram a deterioração do **mercado** de trabalho, mantiveram a estrutura produtiva e garantiram renda para as famílias mais pobres e para os trabalhadores informais', acrescenta.

Na avaliação da secretaria, para que a retomada seja consistente, é importante a continuidade da agenda de reformas estruturais e da consolidação fiscal.

'O diagnóstico do baixo crescimento da **economia** brasileira é a baixa produtividade, resultado da má alocação de recursos. Não há outro caminho que resulte em elevação do bem-estar dos brasileiros a não ser medidas que busquem a correção da má alocação e incentive a expansão do setor privado', diz.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo reduz de R\$ 1.079 para R\$ 1.067 proposta para o salário mínimo em 2021, sem aumento real



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: www.potenginainternet.com

O governo propôs um **salário** mínimo de R\$ 1.067 a partir de janeiro de 2021, com pagamento a partir de fevereiro.

O valor consta do projeto da lei orçamentária do ano que vem encaminhado ao Congresso Nacional nesta segunda-feira (31) pelo Ministério da **Economia**.

O valor proposto pelo governo - que depende de aprovação do Congresso - representa um aumento de R\$ 22 em relação ao **salário** mínimo atual, de R\$ 1.045.

Também equivale a uma redução de R\$ 12 na comparação com os R\$ 1.079,00 propostos em abril deste ano para 2021.

A explicação para essa queda tem a ver com o fato de o governo prever um aumento somente com base na inflação de 2020.

Como a previsão para a inflação deste ano recuou, o **salário** mínimo também terá um reajuste menor.

Em abril, o governo previa que o INPC teria uma alta de 3,27% em 2020, valor que caiu para 2,09% em julho.

A Constituição determina que o **salário** mínimo tem de ser corrigido, ao menos, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior.

O valor para o **salário** mínimo de 2021 pode sofrer nova alteração, com base no comportamento da inflação.

De acordo com informações do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o **salário** mínimo serve de referência para 49 milhões de trabalhadores no Brasil.

Sem aumento real

Na proposta de orçamento enviada ao Congresso nesta segunda-feira, está prevista a correção do **salário** mínimo apenas pela inflação, com base na estimativa do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Isso quer dizer que não haverá "ganho real", ou seja, acima da inflação. Mas o poder de compra de quem recebe **salário** mínimo permanecerá preservado.

Esse formato já foi adotado neste ano, quando a área econômica concedeu reajuste somente com base na inflação de 2019.

Com isso, o governo mudou a política de aumentos reais (acima da inflação) que vinha sendo implementada nos anos anteriores, proposta pela presidente Dilma Rousseff e aprovada pelo Congresso.

Essa política, de reajustes pela inflação e variação do Produto Interno Bruto (PIB), vigorou de 2011 a 2019,

mas nem sempre o **salário** mínimo subiu acima da inflação.

Em 2017 e 2018, por exemplo, foi concedido o reajuste somente com base na inflação porque o PIB dos anos anteriores (2015 e 2016) teve retração. Por isso, para cumprir a fórmula proposta, somente a inflação serviu de base para o aumento.

O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, afirmou que o governo não está trabalhando com aumento real e que qualquer alta real no valor do **salário** mínimo, acima do INPC, teria que ser compensada com redução de outras despesas.

'Se tiver algum aumento nesse sentido, uma outra despesa primária vai ter que ser reduzida. Lembrando do efeito que o **salário** mínimo tem sobre despesas: ano passado, R\$ 1 a mais no **salário** mínimo tínhamos R\$ 300 milhões a mais de despesas. Se tivermos aumento acima do que foi colocado - qualquer valor - teremos que ter uma outra despesa cortada', afirmou. Waldery Rodrigues lembrou que isso é motivado pela limitação fixada pelo teto de gastos.

Impacto nas contas públicas

Ao conceder um reajuste menor para o **salário** mínimo, o governo federal também gasta menos. Isso porque os benefícios previdenciários não podem ser menores que o valor do mínimo.

De acordo com cálculos do governo, a cada R\$ 1 de aumento do **salário** mínimo cria-se uma despesa em 2020 de aproximadamente R\$ 355 milhões.

Assim, um reajuste R\$ 12 menor do **salário** mínimo em 2021 representaria uma queda de cerca de R\$ 4,26 bilhões nas despesas criadas para o governo federal.

Fonte: G1

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Publicada MP que destina R\$ 12 bilhões em crédito a pequenas e microempresas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: glaucialima

Foi publicada no Diário Oficial da União, desta terça-feira (1), a Medida Provisória (MP) 997/2020 que abre crédito orçamentário no valor de R\$ 12 bilhões para o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

O texto, que já entrou em vigor, precisa ser votado em um prazo de até 120 dias pela Câmara e pelo Senado para ser transformado definitivamente em lei.

Segundo o Ministério da **Economia**, parte desse aporte de R\$ 12 bilhões será destinada para algumas instituições financeiras regionais habilitadas: mais de R\$ 21 milhões para a Agência de Fomento de Goiás; R\$ 268 milhões para o Banco do Nordeste; R\$ 203 milhões para o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG); R\$ 282 milhões para o Banco da Amazônia e R\$ 730 milhões para o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul).

Os recursos serão repassados por essas instituições ao programa por meio da integralização de cotas do Fundo Garantidor de Operações (FGO), que assegura crédito para capital de giro e investimento para empreendedores individuais e micros, pequenas e médias empresas, de acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Originária de projeto do senador Jorginho Mello (PL-SC), a Lei 13.999, de 2020, que institui o Pronampe, prevê uma linha de crédito até o limite de 30% da receita bruta obtida em 2019. A legislação, aprovada para socorrer as empresas dos efeitos negativos da pandemia do novo coronavírus na **economia**, assegura taxa de **juros** anual máxima igual à Selic mais 1,25% sobre o valor concedido, com prazo de até 36 meses para o pagamento.

Podem participar microempresas com faturamento anual de até R\$ 360 mil e pequenas empresas que faturam até R\$ 4,8 milhões ao ano. Além de profissionais liberais, com taxa de **juros** máxima igual à Selic, acrescida de 5%, com prazo de 36 meses para pagamento e com valor de até 50% do total do rendimento do trabalho em 2019, não podendo ultrapassar o total de R\$ 100 mil.

As medidas provisórias que possibilitam o uso de recursos do Orçamento da União já produzem efeitos imediatamente após publicadas e têm validade de 60 dias, que podem ser prorrogados por mais 60 dias pelo presidente do Congresso. No período de pandemia, caso não sejam votadas pelo Congresso e o governo já tenha empenhado os recursos, mesmo perdendo a validade, a MP já terá produzido os efeitos a que se propôs.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Deputado propõe que governo do RN crie linha de crédito que já foi criada pelo governo federal mas tem demorado a atender microempresas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

1 de setembro de 2020 às 15:28

Deputado propõe que governo do RN crie linha de crédito que já foi criada pelo governo federal mas tem demorado a atender microempresas [0] Comentários | Deixe seu comentário.

O deputado Tomba Farias está propondo que o governo do Rio Grande do Norte abra uma linha especial de crédito para que empresas do setor de turismo, como bares e restaurantes, possam retomar suas atividades.

Porém, a linha de crédito foi lançada pelo governo federal para atender a 4,6 milhões de empresas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões.

O problema é que?tem funcionado pouco.

O Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) não anda devido a relutância dos bancos em se habilitarem no programa, emperrando a concessão dos R\$ 15,9

bilhões em crédito previstos pelo governo federal.

O Pronampe foi pensado para socorrer 4,6 milhões de empresas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões.

Um relatório do programa divulgado em julho, apontava que 16 mil empresas, sendo 80% delas micro, haviam sido beneficiadas até o dia 2 de julho (último dado disponível).

O total de empréstimos somava até a data citada, R\$ 1,07 bilhão, sendo 99,5% concedidos pela Caixa Econômica Federal e o restante pelo Banco do Brasil.

Nesta segunda-feira (01), o Ministério da **Economia** lançou em Minas a segunda fase do Pronampe, onde serão oferecidos R\$ 203 milhões a empresas mineiras que faturaram até R\$ 4,8 milhões em 2019 e foram fundadas até 18 de maio do ano passado.

A iniciativa do governo federal opera com **juros** de 1,25% ao ano acrescidos da taxa Selic, com prazo de 36 meses para pagamento e oito meses de carência.

O crédito pode ser aplicado em capital de giro ou em investimentos. Já o limite para a solicitação é de 30% da receita bruta da empresa em 2019, limitado a R\$ 100 mil.

Fontes: Gazeta do Povo e O Estado de Minas

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Dólar cai para R\$ 5,38 e fecha no menor valor em quase 20 dias



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A divulgação de dados dos Estados Unidos e da China e o anúncio do envio da reforma administrativa ao Congresso fizeram o **mercado** financeiro ter um dia de otimismo. O dólar comercial encerrou esta terça-feira (1º) vendido a R\$ 5,385, com recuo de R\$ 0,096 (-1,75%). A cotação está no menor nível desde 13 de agosto, quando a divisa havia fechado em R\$ 5,367.

No **mercado** de ações, o dia foi de recuperação das últimas sessões. O índice Ibovespa, da B3 (a bolsa de valores brasileira), subiu 2,82% e fechou aos 102.168 pontos. Ontem (31), o indicador tinha fechado abaixo dos 100 mil pontos.

Mesmo a queda de 9,7% no Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos) no segundo trimestre não desanimou o **mercado**. O dólar abriu em queda; e a bolsa, em alta depois da declaração do presidente Jair Bolsonaro de que pretende enviar a proposta de reforma administrativa ao Congresso na quinta-feira (3).

O anúncio da prorrogação do auxílio emergencial com a metade do valor também contribuiu para o otimismo nas

negociações. A retomada da agenda de reformas que reduzam os gastos obrigatórios nos próximos anos é considerada pelo **mercado** financeiro como caminho para que os **juros** de longo prazo caiam. As taxas longas funcionam como um indicador do **mercado** do grau de desconfiança em relação ao país.

O **mercado** financeiro global também teve um dia de otimismo. Durante a madrugada, notícias sobre o crescimento da produção industrial chinesa animou os investidores. O clima positivo aumentou com a divulgação de crescimento da atividade manufatureira nos Estados Unidos. Índices de Wall Street, como o Nasdaq (das empresas de tecnologia) e o S&P 500 voltaram a bater recorde.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Câmara aprova texto-base de abertura do mercado de gás



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Após vencer a resistência da Oposição, a Câmara aprovou o texto-base do novo marco legal do gás. Foram 351 votos a favor e 101 contra. O projeto tem como objetivo abrir a concorrência no setor e baratear o preço do gás. Os deputados precisam votar agora os destaques - pedidos de mudança - ao texto. O projeto é a aposta do governo para destravar investimentos de até R\$ 43 bilhões e reindustrializar o País. Alinhado ao novo **mercado** de gás, programa do governo mais conhecido como "choque da energia barata", a proposta abre um setor que até pouco tempo era dominado pela Petrobras. Os investimentos previstos irão assegurar projetos de expansão de infraestrutura de transporte, escoamento e armazenamento do gás.

A derrubada do monopólio permite a grandes consumidores comprar gás dos fornecedores que oferecerem melhores preços. O preço do gás natural do Brasil é alto na comparação com outros países, de US\$ 12 a US\$ 14 por milhões de BTUs (unidade térmica britânica, na sigla em inglês), de acordo com dados apresentados pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, à Câmara dos Deputados. Nos Estados Unidos, por exemplo, o preço é de aproximadamente

US\$ 3 e em países da Europa, US\$ 7. O combustível é matéria-prima de segmentos como siderurgia, vidros e fertilizantes e ainda move usinas geradoras de energia elétrica.

Os deputados precisam agora votar os destaques, pedidos de alteração ao texto aprovado e a conclusão dessa fase deve ocorrer só em uma próxima sessão. Depois disso, o texto seguirá para o Senado.

Com a decisão da estatal de deixar o negócio de distribuição - onde é sócia de 19 de um total de 26 distribuidoras - e vender sua malha de gasodutos e estruturas essenciais, o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, avalia que a chegada de novos concorrentes no setor pode fazer com que o preço do gás caia até 40%.

O texto aprovado traz adaptações para essa nova fase. Ele muda o regime de exploração de gasodutos para o de autorizações, mais simples que as atuais concessões (que prevê leilões), impede que uma empresa atue em várias etapas da produção e barra também a verticalização - ou seja, relação societária entre transportadores, produtores e comercializadores.

Além disso, a proposta assegura o livre acesso de outras empresas a infraestruturas essenciais - como gasodutos, unidades de processamento e terminais de liquefação e regaseificação de GNL. Por fim, prevê regime de contratação de capacidade de gás por pontos de entrada e saída na malha de gasodutos de transporte, o que deve agilizar e desburocratizar a prestação do serviço de transporte. Por essa lógica, ganhará **mercado** quem tiver o melhor preço.

"Agora que chegamos ao momento estratégico dele, nós não podemos recuar. Devemos avançar hoje, definir a nova Lei do Gás, fazer com que esse insumo fundamental para a transição energética possa ter o seu uso ampliado no nosso País", defendeu o líder do Cidadania, Arnaldo Jardim (SP).

Apesar da insistência de partidos do centro para mudar o texto, o relator do projeto, deputado Laércio Oliveira (PP-SE), manteve a proposta aprovada no ano passado pela Comissão de Minas e Energia da Casa.

Governadores pressionaram bancadas em defesa das distribuidoras, únicas fornecedoras, que poderão perder **mercado** com o ingresso de competidores.

Hoje, a Constituição estabelece que o serviço compete aos Estados. Da forma como foi aprovado o texto, concessionárias de distribuição em dutos poderão terceirizar serviços para empresas que queiram instalar a infraestrutura.

A oposição foi contra a aprovação da proposta. "Esse projeto é absolutamente inócuo. Não propõe soluções para a infraestrutura do gás", disse o deputado Carlos Zarattini (PT-SP).

Estado Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Balança comercial brasileira tem superávit de US\$ 6,6 bilhões no melhor agosto em 32 anos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A queda nas importações em ritmo maior que a redução das exportações fez a balança comercial registrar superávit recorde em agosto. No mês passado, o país exportou US\$ 6,609 bilhões a mais do que importou, o melhor resultado para o mês desde o início da série histórica, em 1989.

Tanto as exportações como as importações caíram no mês passado. Em agosto, o país vendeu US\$ 17,741 bilhões para o exterior, com recuo de 5,5% pelo critério da média diária em relação ao mesmo mês do ano passado. As importações, no entanto, caíram mais, somando US\$ 11,133 bilhões, redução de 25,1% também pela média diária.

Com o resultado de agosto, a balança comercial acumula superávit de US\$ 36,594 bilhões nos oito primeiros meses do ano. Esse é o terceiro melhor resultado da série histórica para o período, perdendo para janeiro a agosto de 2017 (superávit de US\$ 48,1 bilhões) e de 2018 (superávit de US\$ 36,7 bilhões).

No acumulado de 2020, as exportações somam US\$ 138,633 bilhões, retração de 6,6% na comparação com o mesmo período de 2019 pela média diária. As importações totalizam US\$ 102,039 bilhões, recuo de 25,1% pelo mesmo critério.

A maior parte da alta do saldo em agosto é explicada pela queda da importação da indústria extrativa, que recuou 59,51% em relação ao mesmo mês do ano passado, e da indústria de transformação, cujas compras do exterior encolheram 23,78%. Do lado das exportações, as vendas da indústria de transformação caíram 14,2%, e as vendas da indústria extrativa recuaram 8,6%. Em contrapartida, as exportações da agropecuária subiram 32,64%.

Categorias

Entre os produtos que puxaram o crescimento das exportações agropecuárias em agosto, os destaques foram a soja, cujo valor vendido aumentou US\$ 443,3 milhões em relação ao mesmo mês do ano passado, e o algodão bruto, com alta de US\$ 80,9 milhões na mesma comparação.

Na indústria extrativa, caíram as exportações de minério de ferro, com retração de US\$ 442 milhões em relação a agosto do ano passado, e de óleos brutos de petróleo, com recuo de US\$ 451,6 milhões. Nos dois casos, a queda deve-se à variação negativa dos preços internacionais na comparação com 2019, porque os volumes embarcados ficaram estáveis no caso do ferro e aumentaram 21% no caso do petróleo.

Na indústria de transformação, as maiores quedas foram registradas nas exportações de motores e máquinas não elétricos (-US\$ 187 milhões), celulose (-US\$ 157,8 milhões) e óleos combustíveis de petróleo (-US\$ 152,6 milhões).

Depois de o saldo da balança comercial ter encerrado

2019 em US\$ 48,035 bilhões, o segundo maior resultado positivo da história, o **mercado** estima menor superávit em 2020, motivado principalmente pela pandemia do novo coronavírus, causador da covid-19.

Segundo o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo Banco Central, os analistas de **mercado** preveem superávit de US\$ 55 bilhões para este ano. Em julho, o Ministério da **Economia** atualizou a estimativa de saldo positivo para US\$ 55,4 bilhões.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Impacto de um raio que caiu em abril, diz Paulo Guedes sobre queda do PIB



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ministro da **Economia**, Paulo Guedes, disse nesta terça-feira (1) que não causa preocupação ao governo o tombo histórico de 9,7% do Produto Interno Bruto (PIB), no segundo trimestre na comparação com os três primeiros meses do ano.

"Isso é impacto do raio que caiu em abril", afirmou Guedes, no Palácio da Alvorada, em referência aos impactos da crise do coronavírus na **economia** brasileira. Depois, em audiência pública com os parlamentares, o ministro disse que o resultado do PIB é "som de um passado distante". "Nós humanos somos átomos que raciocinam. **Economia** não é uma ciência exata. Como a velocidade da luz é diferente da velocidade do som, você vê um raio muito cedo e o som chega depois. É a mesma coisa com a **economia**."

Ele completou dizendo que quem previu uma queda de 10% no PIB deste ano "viajou na velocidade da luz" e errou. "Chegou agora o som de uma queda inicial do PIB de 10%. Só que a realidade é outra. É um som de um passado distante. Como a luz das estrelas que nós

vemos foram emitidas há bilhões de anos. O que você vê é um registro do passado. Foi esse som que chegou agora", completou.

Guedes disse que as estimativas agora para o PIB de 2020 estão em queda entre 4% e 5%, a metade da queda registrada no segundo trimestre. A projeção oficial é de retração de 4,7%. "O crédito, consumo de energia elétrica, notas fiscais estão todas voltando com dois dígitos. No fim do ano, a queda da **economia** brasileira pode ser 4% até um pouco menos", afirmou.

Com o desempenho, o Brasil entrou oficialmente em recessão técnica. "Isso é de impacto lá atrás. Estamos decolando em 'V'", disse Guedes usando a metáfora para explicar que após queda rápida da atividade, deve acontecer também uma alta na mesma intensidade.

Guedes afirmou que o crescimento da **economia** no próximo ano pode surpreender. Segundo a estimativa que consta da proposta de Orçamento do próximo ano, encaminhada na segunda-feira ao Congresso, o PIB deverá ter uma alta de 3,2% em 2021. "Ano que vem podemos ser surpreendidos com crescimento de 3%, 3,5%, 4% a 4,5%. Só depende de aprovarmos as reformas", completou.

Em nota informativa, a Secretaria de Política Econômica (SPE) ressalta que os indicadores mostram que a atividade econômica continua se recuperando e que analistas de **mercado** estão melhorando continuamente desde junho suas projeções para o desempenho da **economia** neste ano, diante de resultados positivos do varejo e da indústria

"Deve-se salientar que a queda da atividade neste trimestre deverá ser a mais severa da pandemia do coronavírus, uma vez que já é possível identificar sinais de recuperação nos meses posteriores", afirma a nota. A secretaria ressalta que, para que a retomada seja "consistente", é importante a continuidade da agenda de

reformas estruturais e da consolidação fiscal.

A secretaria destacou ainda que a queda da atividade no Brasil está entre as menores em relação às principais economias e citou os países do G7 (grupo dos países mais industrializados do mundo, composto por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido), onde a queda chegou a 11,9%, quando comparado ao mesmo trimestre de 2019 e países emergentes como Chile, México e Índia, cujas quedas foram de 13,7%, 19% e 23,9%, respectivamente.

Levantamento sobre o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) em 48 países, feito pela Austin Rating, mostra que em todo o mundo a pandemia fez com que apenas dois países - China (+11,5%) e Índia (+0,7%) - registrassem crescimento econômico ante o primeiro trimestre do ano. Em 2020, 92,9% de todas as economias do mundo deverão registrar quedas, segundo projeções do Banco Mundial.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Um PIB fora da curva



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Luiz Antônio Felipe

laf@tribunadonorte.com.br

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, do segundo trimestre/2020, ficou pouco acima das expectativas de **mercado**. O PIB recua 9,7% de abril a junho voltando ao mesmo patamar de 2009. Alguns fatores contribuíram para esse efeito negativo, por conta da pandemia, entre os quais, o consumo das famílias com queda brusca de 12,5% no trimestre. Apenas o agro cresceu só 0,4%. Com a queda do PIB, o Brasil fica em 22º em ranking de 48 países. Estamos em uma situação melhor do que muitos países. 'É o barulho de um raio que caiu em abril', sintetiza o ministro Paulo Guedes.

Derrubada

Num efeito dominó, a pandemia provocou uma queda histórica do PIB na Índia, de 23,9%, no trimestre marcado pelo confinamento do País. O PIB do México tomba 17,1% no 2º trimestre. Uma queda também inédita no PIB dos países da OCDE, uma contração recorde de 9,8% no 2º trimestre. A **economia** da

Turquia encolheu quase 10%.

Crédito

Mais uma boa notícia no caminho da recuperação. A busca de consumidor por crédito cresce 15,6% em julho, revela a Serasa Experian. Melhor ainda é que a região Nordeste foi a responsável pela maior demanda, com crescimento de 22,0%. É o terceiro aumento mensal consecutivo no índice. Em relação a julho de 2019, houve uma retração de 3,9%.

Auxílio

Um dia depois de anunciar a extensão do Auxílio Emergencial de R\$ 300,00 até dezembro, recuando dos R\$ 600,00 anteriormente, o governo lança a nota de R\$ 200,00, com a figura do Lobo-Guará. Caiu de três lobos-guarás para um lobo e meio. O auxílio reduziu as perdas do comércio. Dos R\$ 190 bilhões do benefício em todo o País, R\$ 151 bi foram para o varejo.

Ativos

O dólar recua contra o real acompanhando exterior em dia de PIB, a R\$ 5,385, queda de -1,75%. O preço do barril de petróleo (WTI) fecha a U\$ 43,00, uma alta de +0,92%. O Ibovespa fechou em forte alta de 2,82% a 102.168 pontos. O superávit da balança comercial de agosto foi de US\$ 6,609 bilhões. No ano, o superávit já soma US\$ 36,594 bilhões.

Imposto e auxílio

O auxílio emergencial sustenta o consumo nas regiões mais pobres. Mesmo assim, a equipe econômica defende o teto de gastos e não concordava com a extensão do auxílio até dezembro de 2021. Como já disse o presidente Bolsonaro, o auxílio não é aposentadoria. O Ministro da **Economia** Paulo Guedes analisa em detalhes - para não colocar o Orçamento de 2021 em situação de risco. Defende o fim das deduções do Imposto Renda. E como fica a promessa da

campanha do então candidato de elevar a isenção do Imposto de Renda a R\$ 3 mil? Vai ser esquecida essa promessa?

Capital

A oferta inicial de ações da rede de farmácias Pague Menos fica a R\$ 8,50 por ação, um valor está abaixo de indicativo. No mês passado, a faixa estimativa de preço era entre R\$ 10,22 e R\$ 12,54 por papel. A companhia conseguiu levantar R\$ 746,9 milhões em oferta inicial de ações (IPO, em inglês).

Balanço

A queda no lucro da rede Lojas Renner no segundo trimestre foi elevado, como das demais concorrentes, entre elas a Lojas Riachuelo. As baixas vendas da Renner, varejista de moda no período, em termos ajustados, levaram a um prejuízo de R\$ 228 milhões, ante lucro de R\$ 230,7 milhões um ano antes.

Convocação

A Federação da Agricultura e Pecuária RN (Faern) convoca os sindicatos rurais dos produtores e empresas de Açú, Apodi, Baraúna, Caiçara do Norte, Ipanguaçu, Jandaíra, Macau e Mossoró, para a reunião de exame da pauta de reivindicações dos sindicatos dos trabalhadores. Será amanhã, dia 03, às 14h, pela plataforma Google Meet.

Carreira (I)

Abertas várias oportunidades em seleções de estágio e trainee em empresas de grande porte como a Amazon e Ambev. Ao todo são 52 empresas, sendo algumas pagando até R\$ 7 mil. A BP Bunge Bioenergia abriu vagas em programa de trainee para jovens engenheiros. A fintech Stone, empresa de tecnologia financeira, abre vagas de emprego em Parnamirim/RN. Para se inscrever basta acessar o site, conferir os pré-requisitos.

Carreira (II)

O Banco Safra está contratando profissionais de vários segmentos. São mais de 320 vagas, entre programas de trainee e contratações efetivas, para profissionais com e sem experiência no setor. O SINE-RN tem 64 vagas de empregos para Natal e Região Metropolitana.

Chuvas

A meteorologia da Emparn registra chuvas em 17 postos pluviométricos. Na mesorregião central potiguar, em Pedro Avelino, com 1,0 milímetro (mm). Em Monte Alegre, no Agreste com 20 mm. A estação da Primavera se aproxima, mas as chuvas ainda estão caindo, agora em volumes menores.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Câmara aprova lei que abre o mercado de gás



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Brasília (AE) - Após vencer a resistência da oposição, a Câmara aprovou o texto-base de abertura do **mercado** de gás. Foram 351 votos a favor e 101 contra. O projeto tem como objetivo abrir a concorrência no setor e baratear o preço do gás. O projeto é a aposta do governo para destravar investimentos de até R\$ 43 bilhões e reindustrializar o País. Alinhado ao novo **mercado** de gás, programa do governo mais conhecido como "choque da energia barata", a proposta abre um setor que até pouco tempo era dominado pela Petrobrás. Os investimentos previstos irão assegurar projetos de expansão de infraestrutura de transporte, escoamento e armazenamento do gás.

A derrubada do monopólio permite a grandes consumidores comprar gás dos fornecedores que oferecerem melhores preços. O preço do gás natural do Brasil é alto na comparação com outros países, de US\$ 12 a US\$ 14 por milhões de BTUs (unidade térmica britânica, na sigla em inglês), de acordo com dados apresentados pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, à Câmara dos Deputados. Nos Estados Unidos, por exemplo, o preço é de aproximadamente US\$ 3 e em países da Europa, US\$ 7. O combustível é

matéria-prima de segmentos como siderurgia, vidros e fertilizantes e ainda move usinas geradoras de energia elétrica.

Os deputados precisam agora votar os destaques, pedidos de alteração ao texto aprovado e a conclusão dessa fase deve ocorrer só em uma próxima sessão. Depois disso, o texto seguirá para o Senado.

Com a decisão da estatal de deixar o negócio de distribuição - onde é sócia de 19 de um total de 26 distribuidoras - e vender sua malha de gasodutos e estruturas essenciais, o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, avalia que a chegada de novos concorrentes no setor pode fazer com que o preço do gás caia até 40%.

O texto aprovado traz adaptações para essa nova fase. Ele muda o regime de exploração de gasodutos para o de autorizações, mais simples que as atuais concessões (que prevê leilões), impede que uma empresa atue em várias etapas da produção e barra também a verticalização - ou seja, relação societária entre transportadores, produtores e comercializadores.

Além disso, a proposta assegura o livre acesso de outras empresas a infraestruturas essenciais - como gasodutos, unidades de processamento e terminais de liquefação e regaseificação de GNL. Por fim, prevê regime de contratação de capacidade de gás por pontos de entrada e saída na malha de gasodutos de transporte, o que deve agilizar e desburocratizar a prestação do serviço de transporte. Por essa lógica, ganhará **mercado** quem tiver o melhor preço.

Apesar da insistência de partidos do centro para mudar o texto, o relator do projeto, deputado Laércio Oliveira (PP-SE), manteve a proposta aprovada no ano passado pela Comissão de Minas e Energia da Casa. Governadores pressionaram bancadas em defesa das distribuidoras, únicas fornecedoras, que poderão perder **mercado** com o ingresso de competidores.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
ECONOMIA

RN surpreendeu-se com chegada de rebento concebido há um ano



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Cassiano Arruda Camara

Nosso Rio Grande do Norte repetiu, semana passada, o papel de um eleitor do interior de Minas Gerais, que procurou o deputado José Maria Alkmin, para pedir uma ajuda por se encontrar desprevenido pelo fato da mulher ter sido levada para ter um filho na maternidade.

O experiente político mineiro, arregalou os olhos e com toda dramaticidade de quem contava com um arsenal de antídotos contra a pequena malandragem eleitoral replicou:

- Imagine meu caro amigo, você que teve nove meses para se preparar foi encontrado desprevenido e veja minha situação que estou sabendo do fato agora...

Nossas lideranças se dividiram na hora de reagir. Algumas reconheceram saber da mudança estratégica na exploração de petróleo no RN, toda ela fora das prioridades atuais da estatal, concentradas no pré-sal. Muitos outros assumiram a surpresa...

REAGIR É PRECISO

A governadora Fátima Bezerra classificou o anúncio da venda de ativos da Petrobras no Estado como uma 'falta de respeito' ao seu Governo, e se disse indignada.

Na mesma toada, nossa bancada federal, no geral, também se mostrou surpresa e indignada, começando a pedir explicação aos dirigentes da estatal. Mas também foram ouvidas vozes confessando conhecimento da nova estratégia adotada pela petroleira estatal, desde o governo Dilma Rouseff, quando foram vendidos os primeiros campos maduros.

O deputado João Maia pareceu dos mais ponderados: 'Não podemos fazer questão pela Petrobrás se ela não tem planos de investimentos no RN.' E completou: 'Precisamos de empresa que tenha como foco a produção no Estado, investindo, gerando empregos e royalties; além de **tributos**'. Evidentemente - concluiu - que os novos compradores das concessões vão investir mais que a Petrobrás e, com isso, o Estado vai lucrar. Eu gosto da Petrobrás, mas, gosto muito mais do Rio Grande do Norte'.

VENDER ATÉ A SOBERANIA

Na terça-feira, da semana passada, a Petrobras anunciou a venda da quase totalidade de suas concessões de campos na bacia potiguar, juntamente com um ativo industrial, em Guamaré, incluindo a Refinaria Clara Camarão. Compreendendo ainda 17 plataformas de exploração marítima e 26 concessões, sendo 23 terrestres (cerca de 1.500 poços) e três marítimas.

Embora não apareça no rol dos ativos, no meio disso tudo pode estar a soberania do Rio Grande do Norte para explorar o seu petróleo a partir de consumada a venda.

O senador Jean Paul Prates, que é do ramo, foi quem chamou a atenção para o perigo da instituição de um monopólio(*), obrigando muita gente a ir ao dicionário.

Uma situação que existe, praticada pela estatal, que - até aqui - nunca foi acusada de dificultar a vida dos produtores independentes. O que pode mudar na hora que esse poder for exercido por uma empresa privada.

O DONO DO PETRÓLEO

Do candidato a comprador deste pacote de ativos, a Petrobras exige um cacife inicial de ter faturamento de US\$ 1 bilhão, para entrar no jogo. É só o que se sabe.

Mas o que garante que ele mantenha a atual estrutura de produção da Refinaria, que veio pra cá como um consolo para a perda das grandes Refinarias, no governo Lula, para nossos vizinhos de Pernambuco e Ceará, que pouco, ou nada, produziam de petróleo?

A refinaria Clara Camarão, fabrica Gasolina, Petróleo Diesel, QAV (querosene de avião), GLP e nafta. Atende o **mercado** do RN e uma pequena parte do Ceará. Além de produzir uma informação tão verdadeira como pouco importante (até aqui) para nossa **economia**: - Somos o único Estado brasileiro totalmente auto suficiente em derivados de petróleo.

O senador JP Prates sabe que o processo de desinvestimento da Petrobras aqui é irreversível, mas questiona a oportunidade de se concretizar essa venda em plena pandemia, que pode reduzir o interesse aos chamados fundos abutres, entre os compradores.

PORTA ERRADA

Quatro integrantes da bancada - os senadores Zenaide Maia e JP Prates, e os deputados Natália Benevides e Rafael Mota - entraram com uma ação popular tentando barrar a venda anunciada, e o juiz federal Magnus Delgado decidiu extinguir o processo sem resolução de mérito. Talvez por terem entrado numa porta errada. Em vez de recorrerem ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), que 'tem o objetivo de fiscalizar, prevenir e apurar abusos do poder econômico'.

O que não parece razoável para o fato do nosso Rio Grande do Norte ter sido surpreendido num processo

que vem se desenvolvendo há cinco anos, é a mudança na regra enquanto o jogo está sendo jogado. Impondo uma concentração dos ativos, com enorme possibilidade de controle de toda a atividade de petróleo por conta disso.

A não ser que a Petrobras ainda continue por aqui. Iniciando a exploração do campo de Pitu, na chamada banda Setentrional, a 55 Km da costa, com 1.731 metros de profundidade; uma descoberta feita há bons cinco anos.

Como se diz no mundo da **economia**: - administrar quitanda não pode interessar ao dono do supermercado.

Os artigos publicados com assinatura não traduzem, necessariamente, a opinião da TRIBUNA DO NORTE, sendo de responsabilidade total do autor.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Aprovado na Câmara texto-base do mercado de gás, aposta para destravar investimentos de R\$ 43 bi



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rodrigo Freire

Foto: reprodução/Agência Brasil

Após vencer a resistência da oposição, a Câmara aprovou o texto-base do novo marco legal do gás. Foram 351 votos a favor e 101 contra. O projeto tem como objetivo abrir a concorrência no setor e baratear o preço do gás.

O projeto é a aposta do governo para destravar investimentos de até R\$ 43 bilhões e reindustrializar o País. Alinhado ao novo **mercado** de gás, programa do governo mais conhecido como 'choque da energia barata', a proposta abre um setor que até pouco tempo era dominado pela Petrobrás. Os investimentos previstos irão assegurar projetos de expansão de infraestrutura de transporte, escoamento e armazenamento do gás.

A derrubada do monopólio permite a grandes consumidores comprar gás dos fornecedores que

oferecerem melhores preços. O preço do gás natural do Brasil é alto na comparação com outros países, de US\$ 12 a US\$ 14 por milhões de BTUs (unidade térmica britânica, na sigla em inglês), de acordo com dados apresentados pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, à Câmara dos Deputados. Nos Estados Unidos, por exemplo, o preço é de aproximadamente US\$ 3 e em países da Europa, US\$ 7. O combustível é matéria-prima de segmentos como siderurgia, vidros e fertilizantes e ainda move usinas geradoras de energia elétrica.

Os deputados precisam agora votar os destaques, pedidos de alteração ao texto aprovado e a conclusão dessa fase deve ocorrer só em uma próxima sessão. Depois disso, o texto seguirá para o Senado.

Com a decisão da estatal de deixar o negócio de distribuição - onde é sócia de 19 de um total de 26 distribuidoras - e vender sua malha de gasodutos e estruturas essenciais, o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, avalia que a chegada de novos concorrentes no setor pode fazer com que o preço do gás caia até 40%.

O texto aprovado traz adaptações para essa nova fase. Ele muda o regime de exploração de gasodutos para o de autorizações, mais simples que as atuais concessões (que prevê leilões), impede que uma empresa atue em várias etapas da produção e barra também a verticalização - ou seja, relação societária entre transportadores, produtores e comercializadores.

Além disso, a proposta assegura o livre acesso de outras empresas a infraestruturas essenciais - como gasodutos, unidades de processamento e terminais de liquefação e regaseificação de GNL. Por fim, prevê regime de contratação de capacidade de gás por pontos de entrada e saída na malha de gasodutos de transporte, o que deve agilizar e desburocratizar a prestação do serviço de transporte. Por essa lógica,

ganhará **mercado** quem tiver o melhor preço.

Apesar da insistência de partidos do centro para mudar o texto, o relator do projeto, deputado Laércio Oliveira (PP-SE), manteve a proposta aprovada no ano passado pela Comissão de Minas e Energia da Casa.

Governadores pressionaram bancadas em defesa das distribuidoras, únicas fornecedoras, que poderão perder **mercado** com o ingresso de competidores. Hoje, a Constituição estabelece que o serviço compete aos Estados. Da forma como foi aprovado o texto, concessionárias de distribuição em dutos poderão terceirizar serviços para empresas que queiram instalar a infraestrutura.

Estadão Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
ECONOMIA

Brasil vive mais uma recessão



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Elviro Rebouças

Economista e empresário

As expectativas em relação ao desempenho da **economia** brasileira em 2020 até melhoraram, após a divulgação de dados mais recentes, de junho e julho, mas a pandemia da covid-19 levou a um tombo histórico no Produto Interno Bruto (PIB, o valor de tudo o que é produzido na **economia**) do segundo trimestre, assim como ocorreu em praticamente todos os países, confirmou nesta terça-feira, 1.º, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A retração de 9,7% em relação aos três primeiros meses do ano é a maior da atual série histórica do IBGE, iniciada em 1996, mas, segundo cálculos de pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV), não há registro de um trimestre com desempenho pior desde 1980.

Foi também o segundo trimestre de retração - a queda do primeiro trimestre em relação ao quarto trimestre de 2020 foi revisada para 2,5%, ante o 1,5% inicialmente informado -, primeira vez que isso ocorre desde 2016. As duas retrações seguidas caracterizam uma 'recessão

técnica', classificação comumente usada no **mercado** financeiro, embora o comitê independente da FGV dedicado a analisar os ciclos econômicos já tivesse marcado o início da recessão no primeiro trimestre.

A queda do PIB no segundo trimestre foi tão pior do que em outras crises porque 'nunca antes se propôs uma política que fosse desligar a **economia**, numa referência às regras de restrição ao contato entre as pessoas, como forma de estancar o avanço da covid-19. Em outras crises econômicas - causadas por inflação, desequilíbrios nas contas externas ou bolhas financeiras, etc. -, as empresas entram em dificuldade, suspendem investimentos e demitem funcionários, ou a renda das famílias é corroída, e elas consomem menos.

Assim, nas outras crises, as lojas vendem menos do que o normal, amargam receitas menores, mas seguem vendendo. Indústrias veem a demanda caindo, o estoque começa a encalhar nas fábricas e reduzem a produção, mas seguem produzindo. Só que o 'desligamento' provocado pela pandemia fechou lojas, que não podiam receber clientes, e fábricas, que não podiam aglomerar trabalhadores. Vendas e produção foram para perto de zero.

O quadro catastrófico só não foi pior por causa das medidas adotadas pelo governo para mitigar a crise, com destaque para o auxílio emergencial de R\$ 600 ao mês pago aos mais pobres e aos trabalhadores informais. Desde junho, estudos têm apontado que os pagamentos de emergência chegaram a elevar a renda dos mais pobres, reduzindo, temporariamente, a pobreza. Ainda assim, esse impulso não impediu o tombo de 12,5% no consumo das famílias ante o primeiro trimestre.

O PIB da agropecuária teve o melhor desempenho entre os componentes da oferta, com alta de 0,4% ante o primeiro trimestre.

Há commodities que não são agrícolas, mas também se beneficiaram do aumento da demanda chinesa e do

câmbio, como minério de ferro e também petróleo, num grau menor. Se você junta esses segmentos todos, estamos falando de 35% a 40% do PIB com retorno positivo no primeiro semestre.

Precisamos de unir esforços, do sofrido Rio Grande do Norte a São Paulo, esta locomotiva mor da **economia** brasileira, para podermos, Governos e povo, perdido o ano de 2020, desejarmos FELIZ ANO NOVO - 2021!

Os artigos publicados com assinatura não traduzem, necessariamente, a opinião da TRIBUNA DO NORTE, sendo de responsabilidade total do autor.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
ECONOMIA

Medida Provisória que autoriza pagamento antecipado em licitações é aprovada na Câmara e segue para o Senado



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rodrigo Freire

Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (1º) a Medida Provisória (MP) 961, que modifica regras de licitações para permitir o pagamento antecipado de produtos e serviços pelo setor público. A proposta também amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) nos processos de compras.

A matéria segue para o Senado e precisa ser analisada até quinta-feira (3) para não perder a validade.

Na votação desta terça-feira, parlamentares tentaram modificar trechos do texto. No entanto, todas as emendas foram rejeitadas. Entre elas, estava a proposta que restringia o pagamento antecipado apenas a compras relacionadas ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.

Anualmente, somente as compras feitas pelo governo federal movimentam cerca de R\$ 48 bilhões. Ao editar a MP, o Ministério da **Economia** justificou que as modificações foram necessárias devido às mudanças no **mercado** geradas pela pandemia de covid-19.

O texto prevê o pagamento antecipado, desde que seja indispensável para obter o bem ou assegurar a prestação de serviço. Essa antecipação deve estar prevista no edital da contratação. Caso o bem não seja fornecido, ou o serviço não seja executado, a administração deverá exigir a devolução integral do valor pago. Nesse caso, os valores deverão ser restituídos com atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.

Além disso, há critérios para reduzir o risco de inadimplência, como a comprovação da realização da etapa inicial de uma obra, por exemplo, para a antecipação de um valor remanescente.

Outra iniciativa para diminuir possíveis danos foi o aumento da prestação de garantia (nos moldes do estabelecido na Lei nº 8.666/1993), que passou de 5% para até 30% do valor do objeto adquirido. Além disso, a administração pública poderá solicitar a emissão de título de crédito pelo fornecedor e solicitar o acompanhamento da mercadoria, em qualquer momento do transporte, por um representante.

O texto veda o pagamento antecipado pela administração na hipótese de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, como serviços de vigilância ou de limpeza.

Regime diferenciado

A MP prevê que ampliação do Regime Diferenciado de Contratações Públicas nos processos de compras.

A partir de agora, o regime poderá ser aplicado para licitações e contratações de quaisquer obras, serviços, compras, alienações e locações. Criado em agosto de 2011, o RDC só podia ser usado em alguns tipos de obras ou serviços de engenharia, conforme o estabelecido na Lei nº 12.462.

Dispensa de licitação

Para acelerar os processos de compra durante a pandemia novo coronavírus, a MP atualizou também os limites dos valores de dispensa de licitação. No caso de uma compra direta para uma obra ou serviço de engenharia, o novo teto é de R\$ 100 mil. Antes era R\$ 33 mil. Já para o os demais serviços e compras, o limite passou de R\$ 17,6 mil para R\$ 50 mil.

Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
ECONOMIA

Dia Nacional da Cachaça: uma ótima data para começar a empreender no destilado



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: tadeufm

Criada pelos senhores de engenhos para compensar o baixo valor do açúcar, a cachaça passou a exercer grande influência na **economia** brasileira e a incomodar a Corte Real Portuguesa, que detinha o monopólio comercial de vinhos e aguardente no Brasil. Com isso, os portugueses barraram a produção e venda da cachaça através de uma Carta Real.

Revoltados por terem que pagar impostos e serem perseguidos por comercializarem a bebida, no dia 13 de setembro de 1661, os produtores tomaram o poder no Rio de Janeiro durante cinco meses e assim surgiu a Revolta da Cachaça. Por conta desse episódio, desde 2010, o dia 13 de setembro ficou conhecido como o 'Dia Nacional da Cachaça'.

Não é de hoje que a cachaça deixou de ser fabricada apenas por grandes destilarias. Há algum tempo as artesanais já ocupam um espaço importante nas importações, chegando a competirem em faturamento

com suas tradicionais concorrentes. O grande diferencial, hoje, é o processo de democratização pelo qual o **mercado** desse destilado vem passando: com um investimento de R\$2.000,00, e sem a necessidade de possuir uma destilaria, já é possível tornar-se um produtor.

Leandro Dias, fundador do curso online Lucrando com Bebidas, ensina todos os processos de fabricação da cachaça e outras bebidas - desde o processo de fabricação até dicas de marketing relacionadas aos rótulos e distribuição. 'Queremos possibilitar a todos que sonham em ter sua própria marca de cachaça a conseguirem realizar esse objetivo com baixo investimento inicial e sem muita burocracia' - explica Leandro.

Com mais de 350 alunos matriculados, os exemplos de sucesso não são poucos:

André Scampini era aluno de um curso que ensinava a produzir cerveja artesanal. Na época, ele trabalhava com informática e decidiu fazer o curso apenas como um hobby. Depois de um tempo, decidiu parar com as produções caseiras, até que encontrou em uma rede social a propaganda do curso que ensina a fazer o próprio destilado. 'Entrei no site e achei interessante a possibilidade de aprender, em casa, como produzir diversas bebidas', afirma o empresário.

O pai de sua esposa é produtor de cacau da região de Linhares (ES) e um dia, conversando com ela, pensou na possibilidade de criar uma aguardente de cacau. O grande desafio foi que, por ser algo ainda pouco explorado, não existia referências de produção. 'Depois de alguns testes conseguimos encontrar a fórmula ideal, o que nos permitiu fazer uma parceria com uma destilaria do Espírito Santo e lançar a bebida no **mercado** ainda esse ano', ressalta Scampini.

O curso online e as produções caseiras, que até então

eram apenas um hobby, possibilitaram que André levasse seu negócio para outros países como Estados Unidos e Alemanha.

Embora atue na área de Planejamento e Controle de Produção, o empresário Hugo Botelho sempre quis ter seu próprio sítio com um local para pescar e ter sua própria cachaça. A ideia foi crescendo na mesma intensidade que sua paixão pela bebida, porém, ele sabia que o custo para as produzir seria muito elevado. 'Com o isolamento, tive mais tempo de pesquisar sobre o assunto na internet e acabei me deparando com um anúncio dizendo que era possível ter sua própria marca de cachaça sem gastar muito', diz Botelho.

Hugo não teve dúvidas, decidiu se inscrever no curso para conseguir uma renda extra e ainda aprimorar seus conhecimentos sobre cachaça. 'Minha produção é terceirizada, comecei com um lote pequeno e em junho consegui vender 65% das garrafas. Creio que por muitos estarem optando, nesse momento, por comprar do pequeno empresário e valorizando o comerciante local, isso acabou me ajudando', ressalta o empresário.

De acordo com a publicação 'A Cachaça no Brasil: Dados de Registro de Cachaças e Aguardentes', divulgada recentemente, houve aumento de 9,73% na quantidade de marcas de produtos classificados como cachaça, que pulou de 3.648, no ano de 2018, para 4.003, no ano passado, com um faturamento anual de mais de 10 bilhões de reais.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Reforma administrativa de Bolsonaro poupa os servidores já em atividade



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: bruno

O presidente Jair Bolsonaro se comprometeu a enviar a reforma administrativa ao Congresso amanhã, quase um ano depois de ter engavetado a proposta de reestruturação das carreiras do funcionalismo, com novas regras para contratação, promoção e desligamento dos servidores. Bolsonaro, no entanto, exigiu que os 9,77 milhões de funcionários que estão na ativa na União e nos Estados e municípios (21% dos trabalhadores formais do País) sejam poupados das mudanças.

O envio da reforma administrativa é considerado pela área econômica uma maneira de conter o bombardeio contra o teto de gastos, que limita o avanço das despesas à inflação, e sinalizar compromisso com a agenda fiscal num momento em que o **mercado** coloca em xeque a capacidade de Guedes em segurar a pressão para abrir o cofre.

A proposta de reforma do RH do Estado entregue pelo

ministro da **Economia**, Paulo Guedes, já era dirigida principalmente aos novos servidores, mas incluía alguns pontos que mexia com os que estão trabalhando, como a revisão do sistema de licenças e gratificações, que estimula, na visão do ministério, uma percepção negativa da sociedade em relação aos servidores por terem privilégios em relação aos trabalhadores da iniciativa privada.

Anuênios (adicionais nas remunerações por cada ano de trabalho) e licenças-prêmio (licença remunerada concedida a cada cinco anos de serviço) seriam benefícios que passariam por uma revisão. O último foi extinto para novos servidores federais a partir de 1997, mas ainda é comum em Estados e municípios.

Pente fino

Desde o anúncio da retomada da reforma, um pente-fino começou a ser conduzido pelos técnicos do governo para garantir que a determinação do presidente de excluir os atuais servidores seja cumprida.

'Importante, sinalizando para o futuro, a retomada das reformas. A reforma administrativa é importante. Como o presidente deixou claro, desde o início, não atinge os direitos dos servidores públicos atuais, mas redefine toda a trajetória do serviço público para o futuro, serviço de qualidade, com meritocracia', disse ontem Guedes, ao lado do presidente. Apesar disso, os gastos com servidores atuais ainda podem virar alvo das propostas de 'gatilho' de ajuste para evitar o descumprimento do teto de gastos, que limita o avanço das despesas à inflação.

Devem permanecer no texto mudanças na estabilidade, que passa a ser exclusiva para carreiras de Estado. Na Proposta de Emenda à Constituição (PEC), não serão elencadas que carreiras são essas - a determinação deve ficar para um segundo momento, mas deve contemplar auditores da Receita e diplomatas, por

exemplo. Os demais servidores devem ser contratados pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), com possibilidade de demissão.

Outra proposta da reforma é limitar o **salário** de entrada dos servidores públicos, mas a definição do valor também não deve estar na PEC. Na elaboração do texto, o valor máximo em discussão era de R\$ 5 mil. Um raio-x do serviço público feito pelo Banco Mundial apontou que 44% dos servidores começam ganhando acima de R\$ 10 mil, 22% entram com remuneração superior a R\$ 15 mil e 11% ingressam com contracheque já superior a R\$ 20 mil.

Um técnico-administrativo de universidade entra ganhando R\$ 4,8 mil por mês, enquanto um professor de ensino superior ganha inicialmente R\$ 10,3 mil mensais. Carreiras policiais têm **salário** inicial de R\$ 11,1 mil e diplomáticas, R\$ 13,4 mil. Áreas de fiscalização e controle, como as da Receita Federal, R\$ 17,6 mil. Carreiras jurídicas estão no topo, com **salário** inicial de R\$ 24,1 mil.

Cálculos do Banco Mundial apontam que a redução do **salário** inicial a R\$ 5 mil e mudanças na progressão de carreira (para tornar mais longo o caminho até o topo) poderia render **economia** de R\$ 104 bilhões aos cofres públicos até 2030.

Como mostrou o Estadão, servidores públicos federais já fazem lobby contra mudanças nas carreiras. Nas últimas semanas, representantes de sindicatos e associações intensificaram os contatos com deputados e senadores, que têm sido bombardeados com telefonemas e mensagens.

Rapidez

No Congresso, lideranças afirmam que o texto pode ser aprovado mais rapidamente do que a reforma tributária, que prevê simplificação de impostos. A aprovação de uma emenda à Constituição - como requer mudanças nas regras do funcionalismo - exige apoio de três quintos da Câmara (no mínimo 308 votos de 513 deputados) e no Senado (49 de 81 senadores).

ESTADÃO CONTEÚDO

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Fecomércio: CNC participa de debate sobre reforma tributária na comissão mista do Congresso Nacional



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

A reforma tributária é necessária para o Brasil, e o setor terciário espera um modelo justo, que reduza significativamente a carga de impostos para o nível dos concorrentes externos, além de simplificar a burocracia fiscal. Contudo, diante da crise instalada em todos os setores da economia, em decorrência da pandemia de covid-19, é preciso ponderar se este é o momento ideal para fazer a reforma e até debater o assunto. Essa análise, da **Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)**, foi apresentada durante a reunião da Comissão Mista da Reforma Tributária, na quinta-feira (27), que foi realizada remotamente para ouvir representantes do setor produtivo.

O economista da **CNC** Fabio Bentes defendeu que o momento não é oportuno para definir o novo modelo tributário e que o País deveria estar buscando mecanismos para evitar que as empresas fechem suas portas, o que acarreta ainda mais desemprego. 'A

discussão nesse momento se torna muito prejudicada. O essencial deveria ser garantir a sobrevivência das empresas, no curto prazo, uma vez que o balanço da **CNC** mostra que 135 mil empresas fecharam as portas no segundo trimestre. A economia brasileira encolheu cerca de 10% no segundo trimestre de 2020 e há previsão de fechamento do ano com queda desses índices em torno de 5%', afirmou.

Segundo Bentes, é fundamental que haja um ambiente de segurança e certeza para que a reforma avance. O economista destacou que uma empresa no Brasil gasta, em média, 1,5 mil horas por mês para honrar suas obrigações tributárias. E essa realidade gera uma série de empecilhos aos investimentos e à retomada do crescimento econômico. Por isso, reforça a importância de diminuir as despesas públicas, para depois debater uma arrecadação eficiente. 'A visão da **CNC** é que qualquer reforma tributária deve ser precedida de uma bem estruturada reforma administrativa, pois é preciso definir o tamanho do Estado para saber qual será o tamanho da conta que a sociedade vai pagar', reforçou.

Esta foi a primeira audiência pública da comissão mista para ouvir representantes do setor privado. E ficou evidente a convergência de opiniões observada entre os especialistas, como apontou o relator da comissão, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que presidiu a reunião. 'A reforma deve ser planejada sob os pilares da simplificação, da equidade e da segurança jurídica, abrangendo as peculiaridades de cada setor. Estamos trabalhando e dialogando com todos para construir um texto que enxergue cada um com sua importância e buscando a neutralidade, sem resultar em peso para qualquer atividade', explicou.

Para o economista da **CNC**, o setor produtivo concorda que a equidade, a neutralidade e a simplicidade devem ser os pilares do sistema tributário, incluindo a progressividade. Das propostas em tramitação atualmente, PEC nº 45/2019 (Câmara), PEC nº

110/2019 (Senado) e o PL nº 3.887/2020 (Governo), a Confederação priorizou sua análise a respeito desta última proposta, que trata especificamente da criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS).

'Com esse CBS, algumas empresas migrarão de 3% para 12%, e os cálculos para chegar a essa mudança não foram apresentados. Temos uma grande preocupação, pois o setor terciário é o mais afetado pela crise', completou, destacando que, segundo análise da **CNC**, pode ocorrer um aumento adicional de 1,5% no preço de produtos e serviços. 'O aumento na tributação do setor de bens e serviços levará a uma elevação de custos que acabará repassada ao consumidor final, afetando atividades essenciais como serviços médicos, escolares, telefonia, cultura e hotelaria', acrescentou.

Segundo o presidente da comissão, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), que não pôde participar porque estava em agenda oficial com representantes do governo federal no Maranhão, a ideia é unificar os textos, considerando os apontamentos de cada setor, e consolidar uma proposta de reforma tributária para ser apresentada na primeira quinzena de outubro.

Participaram da audiência o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney Menezes Ferreira; o representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Roberto Brant; o presidente da Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop), Márcio Lopes de Freitas; e o diretor da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg) Alexandre Leal.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio

SEMANA BRASIL TEM APOIO DA FECOMÉRCIO RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Hilneth Correia

O Rio Grande do Norte aderiu a Semana Brasil, mega promoção de abrangência nacional, que acontece entre os dias 3 a 13 de setembro. A iniciativa é da Secretaria Especial de Comunicação Social do Ministério das Comunicações, conta com o apoio da **Confederação Nacional do Comércio** de Bens, Serviços e Turismo (**CNC**), Fecomércio RN e está sendo coordenada pelo Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV). O objetivo é aquecer as vendas do comércio e varejo no estado neste período de retomada e de recuperação da crise provocada pela pandemia do novo Coronavírus.

Com a Semana Brasil, os estabelecimentos comerciais podem oferecer ofertas, promoções e descontos especiais. O mês de setembro foi escolhido por marcar a independência do Brasil (7 de setembro) e também porque não possui nenhuma outra data com apelo comercial.

Para o presidente da Fecomércio RN, **Marcelo Queiroz**, o período de vendas irá movimentar o comércio potiguar e gerar um cenário positivo e animador para o último

trimestre de 2020. Os empresários que desejarem aderir a Semana Brasil, podem acessar o site da Fecomércio RN (fecomerciorn.com.br), e ter acesso a diversas peças publicitárias pré-elaboradas, sem nenhum custo, para as plataformas de rádio, TV e internet. Dessa forma, o consumidor irá identificar quais lojas estão participando do período promocional.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio